

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-11-2021.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Giovane Byl, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Pedrinho da Tinga, Pedro Ruas e Policial Mariana Lescano. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 061/21 (Processo nº 1124/21), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 363/21 (Processo nº 0862/21), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 531, 532, 533 e 534/21 (Processos nºs 1201, 1202, 1203 e 1204/21, respectivamente), de autoria de Lourdes Sprenger. A seguir, foram apregoados comunicados firmados por Leonel Radde, Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Moisés Barboza, informando que retornaram ao exercício de seus mandatos no dia dezoito de novembro do corrente, tendo o Presidente informado que cessara, na mesma data, o exercício da vereança por Reginete Bispo, Baba Diba de Iyemonja, Alberto Terres e Pai Ricardo d'Oxum. Em continuidade, em face de licença para tratar de interesses particulares de Fernanda Barth do dia vinte e dois ao dia vinte e quatro de novembro do corrente, o Presidente declarou empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Policial Mariana Lescano, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Fernanda Barth, Líder da Bancada do PRTB, informando o impedimento de Mario Yukio Ikeda em assumir a vereança do dia vinte e dois ao dia vinte e quatro de novembro do corrente. Também, foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e dois ao dia vinte e cinco de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Pedrinho da Tinga, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando os impedimentos de Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson e Ramalho Santos em exercerem a vereança do dia vinte e dois ao dia vinte e cinco de novembro do

corrente. Ainda, Policial Mariana Lescano e Pedrinho da Tinga pronunciaram-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Érica Karine Rocha Dallavechia e a Lúcia Marcelino, do Projeto Angelina Luz, que se pronunciaram acerca do transtorno do espectro autista. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Psicóloga Tanise Sabino, Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Daiana Santos e Airto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e seis minutos às quinze horas e nove minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES. Foi iniciado período destinado a assinalar o transcurso do centésimo octogésimo quarto aniversário da Brigada Militar, nos termos do Requerimento nº 161/21 (Processo nº 0479/21), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Comandante Nádia, em nome da Mesa Diretora. A seguir, foi executada a Canção da Brigada pela Banda de Música da Ajudância Geral da Brigada Militar, sob a regência de Luciano da Silva Lopes. Também, o Presidente concedeu a palavra a Vanus Cesar Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dois minutos às dezesseis horas e sete minutos. Foi iniciado período destinado a assinalar o transcurso da Semana da Consciência Negra, nos termos do Requerimento nº 275/21 (Processo nº 1165/21), de autoria de Bruna Rodrigues. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Bruna Rodrigues, proponente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Elis Regina Gomes de Vargas, presidente da União de Negros e Negras pela Igualdade, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e quarenta e oito minutos às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Daiana Santos, Leonel Radde, Ramiro Rosário e Pedro Ruas, este em tempo cedido por Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli e Pedro Ruas. Às dezessete horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Aldacir Oliboni e Leonel Radde, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/21 (Processo nº 0707/21), e foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 07, assinada por Cláudia Araújo, 08 e 09, assinadas por Aldacir Oliboni, 10 e 11, assinadas por Roberto Robaina, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 029/21 (Processo nº 1144/21), e foram aprovados requerimentos de autoria de Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Roberto Robaina, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Pedro Ruas e Leonel Radde, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 0150/21), foi aprovado requerimento de autoria de Pedro Ruas solicitando que essa emenda fosse

dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Pedro Ruas, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 07, assinadas por Airto Ferronato, 04, assinada por Bruna Rodrigues, 05, assinada por Aldacir Oliboni, 06, assinada por Pedro Ruas, 08 e 09, assinadas por Roberto Robaina, e a Subemenda nº 01, assinada por Aldacir Oliboni, à Mensagem Retificativa nº 01, ao Projeto de Lei do Executivo nº 043/21 (Processo nº 1085/21), e foram aprovados requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Pedro Ruas, Airto Ferronato e Roberto Robaina, solicitando que essas emendas e subemenda fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Também, foram apregoados requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni, Pedro Ruas e Roberto Robaina, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 e para as Emendas nºs 05, 06, 08 e 09 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 043/21. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Cassiá Carpes, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 043/21. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 043/21 (Processo nº 1085/21), o qual, após ser discutido por Cassiá Carpes, Pedro Ruas, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Jonas Reis e Roberto Robaina, teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Foi aprovado requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 043/21. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, por DEZESSEIS VOTOS SIM e OITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Pablo Melo, Pedrinho da Tinga, Policial Mariana Lescano, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Às dezenove horas, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Pedro Ruas, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, em especial a representação da Brigada Militar, nossa valorosa brigada. Gostaríamos de registrar e agradecer a presença do deputado estadual Tenente-Coronel Zucco, que abrilhanta os trabalhos da nossa sessão. Seja bem-vindo, deputado.

De imediato convido nosso diretor Luiz Afonso a proceder com a chamada nominal para que possamos iniciar os trabalhos da sessão desta tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e sete Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo o Memorando nº 066, de autoria do Ver. Leonel Radde, Ver. Jonas Reis, Ver. Aldacir Oliboni, e Ver. Moisés Barboza, informando seus retornos ao exercício de seus mandatos no dia 19 de novembro de 2021, conforme, respectivamente, documentos 0303863 (SEI nº 208.00278/2021-84), 0303868 (SEI nº 210.00555/2021-46), 0303869 (SEI nº 021.00275/2021-65) e 0304250 (SEI nº 036.00169/2021-77). Por conseguinte, cessou, na mesma data, o exercício da vereança, em substituição, respectivamente, pela suplente Reginete Bispo e pelos suplentes Baba Diba de Iyemonja, Alberto Terres e Pai Ricardo d'Oxum.

Apregoo Memorando nº 067, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, informando que a vereadora está em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 a 24 de novembro de 2021, cujo requerimento foi aprovado no dia 10 de novembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver.^a Fernanda Barth, no período de 22 a 24 de novembro de 2021, e em razão da impossibilidade de o suplente Mario Yukio Ikeda assumir a vereança, a suplente Policial Mariana Lescano assumirá a vereança. Informo que se encontra presente no plenário a suplente Policial Mariana Lescano e que já procedeu à entrega do seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Policial Mariana Lescano prestará a seguir.

SUPLENTE POLICIAL MARIANA LESCANO (PRTB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossada a Ver.^a Policial Mariana Lescano. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Policial Mariana Lescano, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE. Passo às mãos da vereadora uma cópia do Regimento Interno e um anexo ao Código de Ética Parlamentar.

A Ver^a Policial Mariana Lescano está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA POLICIAL MARIANA LESCANO (PRTB): Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente Márcio Bins Ely; Mesa Diretora; colegas vereadores; cumprimento as autoridades aqui presentes, na pessoa do meu querido amigo, deputado estadual Tenente-Coronel Zucco, muito obrigada; funcionários desta Casa; espectadores que nos assistem através da TVCâmara. Cumprimento dos meus familiares, nas pessoas do meu pai Mário, da minha mãe Márcia, e da minha querida vó Nilza, no auge dos seus 95 anos, que está aqui comigo hoje; os meus amigos e apoiadores que, junto com a minha família, protagonizaram uma campanha política limpa, sem verba pública, com verdade e fé – acordaram cedo, dormiram tarde e caminharam muito. Agradeço e cumprimento a Ver.^a Fernanda Barth pela presente oportunidade. Agradeço e cumprimento o secretário municipal Coronel Mário Ikeda pelo reconhecimento de me dar esta oportunidade, mesmo em uma semana tão importante, aniversário da corporação de origem do coronel; muito obrigada. Agradeço e afirmo aos meus 3.300 porto-alegrenses que confiaram a mim a importante missão de ser a voz deles nesta Câmara de Vereadores, para que, juntos, possamos ter uma Porto Alegre sem medo; sem medo da criminalidade, sem medo de empreender, sem medo de ter liberdade para viver, pensar e crescer. Agradeço a Deus, que, com a sua maravilhosa bondade, ilumina os meus passos para que eu possa cumprir as missões que me são dadas. E missão dada é missão cumprida. Durante a campanha política de 2020, a pergunta que eu mais respondi foi: "Por que tu queres ser vereadora em Porto Alegre, tu já não és policial penal?" Hoje eu respondo por que sou vereadora em Porto Alegre: sou vereadora em Porto Alegre porque tenho convicção de que a transformação social que nós precisamos começa pela nossa cidade. Em tempos tão difíceis de censura e retaliação a nós, conservadores, àqueles que querem manter as tradições e olhar para um futuro promissor, ser a voz e representante do povo é um ato de coragem. Os nossos valores tão atacados: a liberdade, a família, e Deus, têm agora em mim a sua defesa. Nesta oportunidade irei protocolar projetos de leis que visam iniciar as mudanças que necessitamos. Quero priorizar a idoneidade do prestador de serviço público com o projeto ficha limpa, e quero estimular a meritocracia e reconhecimento dos atos de bravura dos nossos guardas municipais. Quero projetos de leis que compreendam a mudança da mobilidade urbana, e que estimule os profissionais do trânsito, que promovam parcerias público-privadas visando à proteção e à segurança dos nossos empreendedores e dos porto-alegrenses, que otimize a aplicação de recursos públicos em prol da nossa cidade. Vou também fiscalizar os serviços públicos prestados pelo Município sempre com o objetivo de auxiliar para que o nosso cidadão porto-alegrense receba as suas necessidades mais básicas. Eu quero me colocar à disposição de todos os parlamentares desta Casa para ações que visem o bem da nossa querida Porto Alegre. Quero também fazer deste período tempos de aprendizado na minha carreira política que se inicia hoje, porque sei que temos excelentes referências neste Parlamento. Peço a Deus que me ilumine e que eu possa iluminar a escuridão que por vezes assombra a

política com muito trabalho, fé e retidão. Acredito em uma educação sem doutrinação política. Acredito no direito de defesa armada do cidadão de bem. Acredito na valorização e reconhecimento dos nossos policiais. (Palmas.) Acredito no fim da inversão de valores que foi imposta por décadas na nossa sociedade e que nos impede de viver com liberdade. Acredito acima de tudo em Deus e na liberdade que temos para nos defender, empreender e viver. Eu sou a policial Mariana Lescano e eu entro para política com o mesmo objetivo que entrei para a polícia: servir e proteger as famílias, as nossas liberdades, o cidadão de bem. Muito obrigada a todos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço à Ver.^a Policial Mariana Lescano.

Em votação o Memorando nº 068, de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 22 ao dia 25 de novembro de 2021. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Claudio Janta, no período de 22 a 25 de novembro de 2021, e em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson e Ramalho Santos assumirem a vereança, o suplente Pedrinho da Tinga assumirá a vereança. Informo que se encontra presente no plenário o suplente Pedrinho da Tinga e que já procedeu à entrega do seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Pedrinho da Tinga prestará a seguir.

SUPLENTE PEDRINHO DA TINGA (SD): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia Municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Pedrinho da Tinga. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Pedrinho da Tinga, integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Passo às mãos do vereador uma cópia do Regimento Interno e um anexo ao Código de Ética Parlamentar.

O Ver. Pedrinho da Tinga está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR PEDRINHO DA TINGA (SD): Bom dia a todos e a todas. Quero iniciar minha fala cumprimentando a todos que estão no plenário. Quero cumprimentar o presidente Márcio Bins Ely, quero cumprimentar também meu presidente do Solidariedade, Claudio Janta, pela oportunidade. Quero iniciar meu discurso nessa tribuna agradecendo aos meus 801 votos. Cumprimentar e agradecer meus amigos aqui presentes e os que não puderam vir por algum motivo, pelos seus

compromissos. Gratidão por tudo! Se não fosse vocês, eu não estaria aqui. Sou Pedro, filho da Restinga, por isso sou chamado de Pedrinho da Tinga. Tenho 50 anos, sete filhas, três netas e um neto, moro no bairro da Zona Sul da Restinga, sou vereador da periferia e sempre fui ensinado pelos meus pais a dividir tudo o que tenho, e por esse motivo fui candidato a vereador de Porto Alegre, para que a gente possa expandir muito mais a nossa luta. Sou de um bairro em que há 90% negros, a gente tem dignidade e vamos seguir a nossa luta para que possa chegar num patamar maior. Sou Presidente da Associação Comunitária Núcleo Esperança, onde sou dirigente de duas escolas de educação infantil. A minha bandeira é a educação, luto pela criança e adolescente e pela inclusão social. Como estamos no mês da consciência negra, comemorado no dia 20, sábado, quero dizer umas palavras para vocês aqui: Negros não são descendentes de escravos, como dizem os livros, eles são descendentes das civilizações africanas, reinos poderosos e povos fortes; eles descendem de reis e rainhas, príncipes e princesas, são da linhagem de pessoas que desenvolveram a escrita, a astrologia, as ciências, daqueles que construíram as pirâmides. Eles são fruto de um povo que desenvolveu técnicas agrícolas e domina a medicina primitiva. Eles são fruto de um povo que conhece os benefícios das plantas e sabe como ninguém tirar delas o poder da cura, da vida saudável. Acorda Brasil! Para finalizar, tenho certeza de que, lá no céu, a minha mãe, que sempre me ensinou que a gente tem que ter dignidade, está feliz. Ela sempre disse para mim: "Prometa a si mesmo ser tão forte que nada perturbe a paz a sua mente". Que Deus abençoe o tempo que vou ficar como vereador. Quero agradecer às mães e filhos autistas, porque essa é a bandeira do Solidariedade, do nosso presidente estadual Claudio Janta. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Projeto Angelina Luz que tratará de assunto relativo ao Transtorno do Espectro Autista – TEA. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre duas oradoras. A Sra. Érica Karine Rocha Dallavechia, presidente, e a Sra. Lúcia Marcelino estão com a palavra.

SRA. ÉRICA KARINE ROCHA DALLAVECHIA: Boa tarde a todos. Obrigada pela oportunidade de estar aqui na Casa do povo hoje falando sobre um assunto de extrema urgência e importância, que são as pessoas com transtorno do espectro autista. Eu tenho uma filha autista nível 2, caminhando dentro do espectro para o nível 3, que é o nível severo do autismo. Diagnosticada com um ano e três meses de idade, hoje ela tem 5 anos de idade e ela segue sem tratamento nenhum, numa regressão exorbitante. Hoje eu estou aqui emprestando a minha voz às famílias atípicas do nosso

projeto, onde nós temos 502 crianças autistas em vulnerabilidade social que fazem parte do Projeto Angelina Luz para mostrar para a sociedade que nós existimos, que nós estamos aqui, que nós estamos cansados de ter nossos filhos enterrados vivos dentro de casa sem direito a um tratamento especializado porque não existe tratamento pelo SUS. Nós estamos cansadas de ouvir a palavra inclusão onde na realidade e na vivência essa inclusão não passa de uma segregação, e no máximo uma integração. Quero dizer que a gente não pode acusar de forma alguma a sociedade pelo preconceito, pela discriminação, porque infelizmente não é levada a informação à sociedade do que é o autista. Nós estamos cansados de estar brigando todos os dias, diariamente, em busca dos nossos direitos. Existem leis federais, estaduais e municipais muito boas, a partir da Lei Berenice Piana, de 2012, mas, por quê todas as leis e todos os nossos direitos não saem do papel? Nossos direitos federais, estaduais e municipais só existem no papel, nós não temos nada na prática. Eu acho que tem muitos pais e muitas mães aqui sentados hoje me olhando nesse momento e me escutando. Vocês já pararam para pensar a dor e o sofrimento de uma mãe em não ouvir o timbre, a voz do seu filho? Vocês já pararam para pensar nessas mães que acabam vivendo numa prisão domiciliar com seus filhos convulsionando diariamente, com seus filhos sem tratamento, e a gente clamar por socorro em todas as portas, e a gente bater e receber um não, ou a gente bater e receber uma promessa de amanhã, e esse amanhã nunca chegar! Hoje aqui nas galerias temos algumas das nossas famílias e de crianças, todas essas famílias desassistidas, todas essas crianças em regressão, todas essas crianças vieram ao mundo e elas só existem, porque elas não vivem. A gente não tem dignidade de vida. A gente bota a cabeça no travesseiro para dormir e não consegue porque o outro dia vai ser igual a hoje, sem esperança. Sem esperança! Onde é que nós vamos parar? Eu sei que geralmente dói naqueles que vivenciam, mas aqui a gente está clamando por existência, por dignidade. A gente existe! Tem crianças em regressão absurda que se automutilam, se auto agredem, tem famílias que já não tem objetos dentro de casa porque essas crianças quebram tudo, elas sofrem sem tratamento e sem medicação. Vamos parar de falar em inclusão enquanto essa inclusão realmente não existir. Nós temos uma lei de 2019, do Estado, cujo artigo 2º e todos os incisos de I a V, é lindo, é maravilhoso, e na prática, onde é que está? Até quando mais as mães... As mães já não aguentam, porque após receber o diagnóstico do filho, o pai - o genitor - abandona o lar e essas mães vivem à própria sorte. Hoje eu tenho aqui do meu lado a Lúcia, que é mãe de um autista severo com 30 anos de idade, e eles vivem trancados em casa. A gente não tem como chegar num posto de saúde para ter uma consulta, porque o autista não consegue esperar, faz parte do transtorno. Então essas mães nem acesso ao médico, a uma consulta, uma vez por ano, a gente tem. Essa falta de responsabilidade, com a vida das pessoas autistas, está nos matando todos os dias. Nós perdemos mães para o suicídio, nós estamos enterrados vivos, e a sociedade tem que respeitar, sim; o governo tem que fazer, sim, porque não estamos aqui pedindo favor para ninguém, são direitos. Direitos nos negado, diariamente, na área da Saúde e na área da Educação, na área da Saúde da Educação! A gente quer viver! Quem de vocês aqui gostaria de olhar para o rosto de um filho teu e nunca poder saber o timbre do teu filho. Aquele filho que vai te olhar, e é

como se eu, Érika, me sinto como eu fosse um móvel da minha casa, porque a minha filha não tem interação comigo. A minha filha tem seletividade alimentar, isso faz parte do transtorno. Têm crianças definhando; têm crianças morrendo; têm crianças regredindo, e eu peço um olhar, um olhar, para essa luta com efetividade. A nação autista clama por socorro! Vocês têm que nos enxergar. Nós estamos cansadas! Para a gente chega! Chega de lutar, chega de bater na porta, chega de promessas. Chega! Nós temos direito a viver, nós temos direito de sorrir.

Agora eu vou passar a palavra para uma guerreira, mãe de autista severo, que está nessa caminhada há 30 anos, e ela sabe bem do que eu estou falando (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

SRA. LÚCIA MARCELINO: Boa tarde, meu nome é Lúcia Marcelino, sou mãe do Alexandre Marcelino. Um homem, que um dia foi criança, adolescente e hoje é um homem. E eu como mãe, né, eu começo a perguntar para vocês que estão aqui: você sabe o que que é autista severo? Eu não vou classificar o que que é leve, o que que é severo, porque às vezes a gente está falando uma linguagem que vocês não conhecem. O transtorno autista severo, dificilmente, ele é só. O meu filho é deficiente múltiplo, cego, surdo e mudo, fraldeiro, toma mamadeira - eu não estou falando de uma criança, eu estou falando de um homem - e tem autismo severo, ele é autista severo. E é tão severo que ele tem esse pacote. E eu, com 53 anos hoje, um dia eu terei que ir embora, a lei da vida diz isso, né, eu pergunto para vocês, que talvez nem filhos tenham, e talvez possa ter um autista e ter um autista severo - nós já temos uma preocupação normal quando temos filhos normais - como vão ficar nossos filhos? Será que nós vamos dar estudo? Meu filho tem que estudar, fazer uma faculdade. Esse sonho eu não tenho, meu filho não estudou, também não vai ser doutor e não vai fazer uma faculdade. Mas eu pergunto em nome de muitos Alexandres Marcelino, onde vai ficar meu filho? Com quem eu vou deixar meu filho? Porque a tendência é que eu cuide tanto desse filho, que já chegou, e talvez vai fazer mais 30, que só Deus sabe, tão bem cuidado que ele é, mas alguém se sacrifica. Como a minha amiga estava dizendo: "O pai vai comprar leite some." E talvez alguém diga: "Isso não é culpa nossa." Eu concordo com vocês, também não foi culpa minha. A gente vive um divisor de águas, todos se afastam, quanto mais é comprometido é seu filho, menos na rua tu sais, preconceito é diverso, as pessoas não conhecem, não entendem e nem querem entender. Enquanto são lágrimas nos olhos dos outros, as pessoas só dizem: "Eu te entendo." Não, não entende! Sabe por quê? Quem dorme com ele sou eu; quem levanta com ele sou eu; quem caminha com ele sou eu e quem se frustrou por 30 anos fui eu! Eu não tive um filho que estudasse, e somos negros, né? Talvez alguém vai dizer também: qual é o problema? O problema é que tem mais isso, somos negros! Uma consulta para um autista severo já é complicada ficar esperando, agora tu me dizes quando esse negro entra em crise. Porque a gente também tem que se preocupar que, para mim tirar meu filho para rua, eu corro risco de ele ter uma crise de ser morto a paulada, ser preso, muitas coisas podem acontecer! Se a gente não falar no autismo, se a gente não contar o que é ter um filho autista dentro de

casa, meu filho pode ser confundido com tudo, com tudo de mal. Porque, se mora numa vila, é negro, pobre e autista severo, o pacote está completo, para tudo de mal acontecer. Não estou falando só em nome do meu, estou falando em nome de muitos Alexandres. Eu tenho um projeto, que eu comecei a reunir mães para falar a mesma língua, porque eu tenho coragem de vir aqui e contar para vocês que eu vivo esse drama, mas tem muitas mães que não saem para a rua, que tem medo! Mães têm medo, eu falo mãe, porque mãe que tem seus filhos não tem pai, não. Elas têm que prover o pão de cada dia; elas apanham - não estou contando uma novela, isso é vida real, viu gente - quanto maior o filho mais a mãe apanha. Por que dizer para uma criança normal que tu não vais dar uma bolacha, já é um problema; agora dizer para um autista que não tem pão hoje, é laço na certa. É TV quebrada. Se acham que eu estou fazendo drama, me convide para passar um fim de semana na sua casa, eu levo meu filho. Então é muito complicado, muito complicado, agradeço a todas guerreiras, não vamos desistir, vamos resistir, não porque sua negra, vou resistir como mãe. Eu vou resistir, eu vou lutar muito ainda pelo meu filho. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, mãe Lúcia Marcelino. Convido a Lúcia e a Érika para comporem a Mesa; por gentileza, sentem aqui conosco. Agora nós teremos as falas dos vereadores em Tribuna Popular.

A Ver.^a Psicóloga Tanise está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, boa tarde Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, colegas da bancada do PTB, Sra. Érika Rocha, presidente da Câmara de Vereadores e o público que nos assiste; esse tema que nós estamos tratando aqui nessa Tribuna do transtorno do espectro autista, ele é muito importante. Aqui na Câmara de Vereadores nós temos alguns vereadores - eu vejo aqui o colega Claudio Janta, que é um guerreiro, é um incansável na luta por políticas públicas nesse assunto. E nesta Legislatura nós temos agora uma vereadora psicóloga e eu me somo a essa luta, vamos juntos tratar as políticas públicas em prol do autismo; vamos nos somar a todos aqueles colegas vereadores que também querem tratar essa Pauta. Hoje mesmo, pela manhã, senhora Érika, eu estive com alguns colegas da Prefeitura, com a coordenadora da Saúde Mental, a Dra. Cristiane, com o Dr. Alceu Gomes. Convidei também a minha amiga Juline Garcia, o servidor Sandro Cintrão, e nós fomos conhecer o centro de tratamento do autista. Este governo, o governo Melo, tem como prioridade, tem como meta de governo fazer um centro de referência de tratamento do autismo. E nós fomos lá, nesta manhã, para conhecer esse local, ele fica ali na Av. Bento Gonçalves do lado do Hospital Psiquiátrico São Pedro. É uma estrutura fantástica que vai atender crianças com autismo até os 12 anos de idade, com tratamentos de fono, praxiterapia, de psicoterapia com psicólogo, serviço de psiquiatria, ambiente terapia, enfim. Eu fui, me encantei, queria compartilhar isso contigo e me

somar também nessa luta. Quero te parabenizar, Érika, por esse Projeto Angelina Luz e a todos os convidados que estão aqui nesta tarde, por esse teu empenho por essa tua dedicação nesta causa, que precisamos, sim, ter mais amor e mais respeito e inclusão. Então, para finalizar, eu quero dizer que eu tenho um sonho, eu tenho sonho para a nossa Porto Alegre, para o nosso Estado do Rio Grande do Sul e para o nosso país, e este sonho é que a gente tenha mais políticas públicas em prol da saúde mental. Que aqueles que estão com algum transtorno mental, com algum adoecimento mental, possam ser mais respeitados, que tenham tratamentos dignos. Então contem comigo nessa luta, meu muito obrigada, e que Deus abençoe.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado Vereador-Presidente Márcio Bins Ely, Sra. Érika Dallavechia, senhora Lúcia, os depoimentos de vocês foram extremamente importantes, extremamente, doídos. Nós sabemos, do fundo da alma, daquilo que mostra uma realidade brutal, a responsabilidade das mães que nunca abandonam seus filhos, a covardia dos pais que fogem na dificuldade imensa que é essa. A continuidade da vida, aos 30, aos 40, aos 50 anos, do autista a falta do direito, que nós passamos a ter, de morrer; não temos esse direito, dona Lúcia. A senhora colocou muito bem, dona Érika também colocou muito bem. E não tem, não há outros direitos. Hoje, eu sei que nós votamos aqui uma Emenda do Ver. Claudio Janta, que mantém o direito das isenções, é importante. E o projeto Angelina Luz não sei se ele nacional, estadual, municipal, mas, eu gostaria de ter acesso para auxiliar com o que estiver ao nosso alcance. A luta de vocês é duríssima, é difícilíssima, mas nós queremos ser solidários e auxiliar em tudo o que estiver ao nosso alcance. Boa luta, parabéns pelo esforço, pela dedicação e pelo exemplo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, saúdo aqui a Érika e a Lúcia pelo projeto Angelina Luz. Estava ouvindo atentamente a fala de vocês, e eu tenho um grupo que é o Amor ao Próximo, que trabalha com mais de 80 crianças com deficiência, de todos os tipos de deficiência, onde está incluso o autismo. Ontem nós atendemos, na minha casa, sempre no segundo domingo, uma dentista voluntária atende as crianças com deficiência. E ontem nós recebemos um autista, com a mãe, que é só, porque infelizmente a grande maioria das mães cuidam sozinhas dos seus filhos. Porque, normalmente, quando o pai sabe que o

filho tem uma deficiência ou que ele é autista, a primeira coisa que eles fazem é ir embora, é virar as costas. Então essa mãe não consegue trabalhar, essa mãe não consegue se manter e ela precisa de apoio, principalmente, quem é que cuida dessa mãe? Porque essa mãe cuida do seu filho, mas quem é que cuida dessa mãe? Então isso tudo é uma preocupação muito grande que se tem, e são crianças que não param, principalmente quando é uma criança autista severa, ela não para nunca. Então tu tens que ter uma energia como mãe, um amor muito grande por essa criança, e elas têm. As mães têm esse amor muito grande, mas elas também precisam de amor, elas também precisam ser acolhidas. Eu me somo à luta de vocês, eu sei que são muito importantes as políticas públicas voltadas a esse trabalho, a essas mães. Nós precisamos que vocês tenham prioridade de atendimento; nós precisamos que onde quer que vocês estejam, que vocês cheguem, sejam atendidas com prioridade; nós precisamos que os postos de saúde, que toda a saúde pública possa considerar vocês como prioridade. Isso é muito importante principalmente nos atendimentos, nos laudos, nos diagnósticos, para que realmente vocês possam ter um tratamento digno. Contem com o nosso mandato, contem com esta vereadora, que luta junto com vocês, por essa causa que é tão importante para nossa sociedade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, falo em nome da nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimentando, inicialmente, a Érika Dallavechia e a Lúcia Marcelino, bem-vindas aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre, aonde trazem para nós um projeto que é de extrema importância. O projeto Angelina Luz, que fala sobre as pessoas com autismo. Eu queria parabenizar a intervenção de vocês, porque o vosso grito é o nosso grito; a indignação de vocês é a nossa indignação, quando nós percebemos governos que não tem um olhar, eu diria, universal, para todas as pessoas, e não é diferente com as pessoas que são portadoras de autismo. Olha o drama, dona Lúcia, que a senhora traz, quando acaba especificando um problema pessoal, de casa, mas que não encontra no poder público uma corrida, um atendimento adequado em tempo. Porque têm medicamentos, oferecidos pelo SUS, que trazem o controle, que trazem uma qualidade de vida melhor. E infelizmente o poder público é muito moroso, eu falo poder público quando eu falo no Executivo. O Legislativo propõe lei, aprova sanciona, e aquele projeto ou programa que ora deveria trazer dignidade para vocês, para todas famílias, demora, demora, demora, muitas vezes, não vêm. Portanto, nós, da bancada do PT, nos somamos a essa indignação, a esse grito de alerta ao poder Executivo para que apresse o passo e olhe para todos com dignidade. Um forte abraço e queira Deus que vocês tenham uma acolhida melhor e o mais rapidamente possível; um forte abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Lúcia, Érika, sejam muito bem-vindas. Venho aqui, em nome da bancada do PCdoB, fazer essa saudação de forma muito sucinta, mas muito afetuosa, fiquei muito emocionada com o relato. Acho que foi extremamente pertinente e necessário colocar um recorte específico de cor neste que é o mês da Consciência Negra. Nós bem sabemos as dificuldades e todos os entraves; a Ver.^a Cláudia, que me antecedeu aqui, falou da responsabilidade das mulheres que tocam a vida com seus filhos, por vezes sozinhas, chefes de família muito valorosas, que têm sobre seus ombros essa responsabilidade. Como a nossa bancada é 100% feminina, feminista e compreende que essa é uma relação direta com cuidar da saúde, onde as públicas definitivamente não dão conta, não pensam nessa integralidade, nos somamos a esse grito, a esse clamor de vocês. Estamos à disposição – tanto eu quanto a Ver.^a Bruna, a bancada do PCdoB – para aquilo que for preciso, aquilo que estiver ao nosso alcance. MUITÍSSIMO obrigada pela vinda, sejam sempre muito bem-vindas, e mais uma vez agradeço a tua coragem, a tua forma tão destemida de colocar algo que é tão caro mas extremamente importante para que todos escutem, para que todos tenham acesso. Um enorme abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero deixar um abraço especialíssimo para a Dona Érika e para Lúcia Marcelino, que se manifestaram na tarde de hoje, e aos nossos telespectadores e ouvintes. Esse tema do autista, nós viemos tratando faz tempo, e é preciso concordar com a gravidade da situação. Eu acredito que nós, inicialmente, precisamos nos envolver diretamente e buscar cobrar do Executivo ações no sentido de tratamentos especiais e específicos para os autistas. Já conversei com a Dona Érika e, mais uma vez, me coloco à disposição, cumprimentando vocês pela presença, e quero dizer que essa presença de vocês não é em vão, não; estamos todos juntos e vamos ver como é que conquistamos aquilo que vocês estão almejando. Um abraço a todos e obrigado pela atenção, estamos juntos. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a todas as bancadas que se manifestaram; nós também, em nome do PDT – eu e o Ver. Mauro Zacher –, queremos fazer uma saudação, cumprimentando pelo trabalho. Eu fui, durante muitos anos, conselheiro do Lar Santo Antônio dos Excepcionais, ali no final da Av.

Ipiranga, onde tratamos crianças neurolesionadas, com lesão severa ou profunda. Quero fazer um reconhecimento pelo esforço de vocês, em especial a todos os amigos e familiares das crianças aqui presentes, que, com as suas presenças, abrilhantaram os trabalhos da nossa sessão.

Gostaria de convidar o Ver. Pedrinho da Tinga para, em nome do Ver. Claudio Janta, que está licenciado, e demais vereadores que queiram, fazer uma fotografia entregar o diploma para a presidente Érika. Estão suspensos os trabalhos.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h06min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h09min: Estão reabertos os trabalhos.

Mais uma vez reiteramos o nosso agradecimento pela presença dos amigos, familiares e pais das crianças autistas, hoje presentes aqui à nossa sessão.

Concedo a palavra para a Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Boa tarde. Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações, para a homenagem pelo transcurso dos 184 anos da Brigada Militar. Após, retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 184 anos da Brigada Militar, nos termos do Requerimento nº 161/21, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: coronel Vanius Cesar Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar; capitão de fragata Rodrigo Feitosa dos Santos, representando o capitão dos portos de Porto Alegre, capitão de mar e guerra Atrio de Oliveira Cruz; tenente-coronel José Augusto Mercês dos Santos, representante do comandante militar do sul, general de Exército Valério Stumpf Trindade; Mario Ikeda, secretário municipal de Segurança; defensora pública Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros, representando o defensor público-geral do Estado do Rio Grande do Sul, Antonio Flávio de Oliveira; coronel Cláudio dos Santos Feoli, subcomandante-geral da Brigada Militar; e delegada de Polícia Adriana Regina da Costa, representando a delegada de Polícia Nadine Tagliari Farias Anflor, chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. Gostaríamos também de registrar, na extensão da Mesa: deputado

estadual tenente-coronel Zucco; coronel Rogério Stumpf Pereira Júnior, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar; coronel Fernando Gralha Nunes, comandante do Comando de Policiamento da Capital. Ainda abrilhantam esta cerimônia: primeiro-tenente Roberto José Larrossa, representante da Associação dos Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul – AOFERGS; major Diogo Franco, representante da Associação dos Oficiais da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar – ASOFBM; major Alessandro da Silva, representante do Departamento de Saúde da Brigada Militar; Cátia Lara Martins, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC; e Simone Messias Zanella, representante da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, em nome da Mesa Diretora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente desta Casa Legislativa, meu colega Ver. Márcio Bins Ely, em teu nome eu quero cumprimentar aqui os colegas vereadores, as colegas vereadoras e muito especialmente o meu cumprimento hoje vai ao nosso comandante-geral da Brigada Militar, coronel Vanius Cesar Santarosa, bem como ao nosso subcomandante, o coronel Cláudio Feoli e ao nosso chefe do Estado-Maior, coronel Rogério Stumpf, e em seus nomes eu quero cumprimentar os oficiais e os praças da nossa gloriosa Brigada Militar que hoje estão aqui com uma representação significativa dos batalhões que estão em Porto Alegre, no que o cumprimento também o comandante do CPC, coronel Nunes. É muito bom estar com senhores aqui vendo esta Casa coberta de bege lido, nos dando segurança a todos e mostrando o valor e a força da nossa Brigada Militar. Quero cumprimentar o senhor capitão de fragata Rodrigo Feitosa dos Santos, que neste ato representa o meu amigo capitão de mar e guerra, Atrio de Oliveira Cruz; também o senhor tenente coronel José Augusto Mercês dos Santos, neste ato representando o general Stumpf, comandante militar do sul – ele teve que viajar, me falou há pouco. Quero também cumprimentar a senhora defensora pública, Dra. Regina Rizzon Borges de Medeiros, que neste ato representa o senhor defensor público geral do Estado, Dr. Antonio Flávio de Oliveira; também o senhor deputado estadual, tenente coronel Zucco, que teve que se ausentar, pois foi chamado para uma audiência de emergência; a senhora delegada de Polícia Civil, minha amiga Adriana Regina da Costa – muito bom tê-la aqui neste Parlamento – , representando a nossa chefe de polícia, a delegada Nadine Anflor; quero cumprimentar também o Gilson Noroefé, diretor-geral do Correio Brigadiano e também da Rádio 190, juntamente com a sua diretoria que aqui se faz presente; a AOFERGS, pelo tenente Roberto José Larrossa; a Associação dos Oficiais, com o major Diogo Franco; o Departamento de Saúde, major Alessandro e todas aquelas pessoas que, de farda branca, nesse momento de covid, tiveram uma essencial atividade para com os nossos militares; a senhora presidente da FASC, Cátia Lara; o nosso secretário adjunto de Segurança, major Gelson, que aqui está presente; o coronel Ikeda, secretário da Secretaria Municipal de Segurança, até pouco tempo nosso comandante-geral, também tenho certeza que esta homenagem lhe diz muito, coronel Ikeda; a Liga de Defesa Nacional,

que está aqui presente, se fazendo presente como em todos os momentos em que nós homenageamos a segurança pública do Estado; a Dra. Simone Messias Zanella, da SUSEPE; meu amigo Assis Brasil, que aqui está, veio aqui mostrar o quanto gosta da nossa Brigada Militar; a Legião Ativa, os Boinas Azuis a Banda da Brigada Militar, que sempre abrilhanta os nossos eventos, sejam civis ou militares, através da sua boa música, e hoje é o dia do músico, Presidente, recebam também os nossos aplausos pelo Dia do Músico! (Palmas.) Vocês são muito importantes para nós. Enfim, quero aqui cumprimentar oficiais, praças da ativa, da reserva ativa, as esposas daqueles homens que tombaram, as esposas daqueles homens que deixaram seus filhos em nome do serviço ativo. Fico muito feliz, como disse, por ver vários braceletes mostrando aqui a diversidade da nossa Brigada Militar. Esses braceletes representam os vários batalhões, vários departamentos que fazem a nossa Brigada Militar cada vez mais forte e mais importante.

Quero pedir permissão, Comandante, para falar algumas palavras sobre uma música que muito me sensibiliza, que se chama "Para Sempre Serás", e ela fala assim: "Os séculos passam depressa, os homens são brasas de extintas fogueiras, acabam-se os homens, mas ficam as suas ideias na cor das suas Bandeiras. Brigada, de tantas façanhas, nos campos de antanho na extrema província, levaste o nosso estandarte nas lutas internas e além das fronteiras. A vida é uma eterna batalha com honras ou falhas lutamos de novo, passando por cima das crises, lançastes raízes no seio do povo. Juntando o presente, o passado, faremos do nosso futuro um recanto de paz armada, em defesa do Estado. Amada, Brigada Gaúcha, para sempre serás." Com esse início dessa canção tão bela que fala tanto da nossa Brigada Militar, do seu passado, do seu presente, do seu futuro, é que começo falando, que a Brigada Militar é a força da Segurança Pública que tem por função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

No âmbito jurídico, a Brigada Militar enquadra-se como Polícia Militar, nos termos do art. 42, da Constituição Federal de 1988, e os brigadianos, portanto, são considerados militares do Estado do Rio Grande do Sul. Essa história da Brigada Militar que se funde com a criação, com o começo do nosso Rio Grande do Sul, e foi, exatamente em 18 de novembro de 1837 que o Presidente Antônio Eliziário de Miranda acabou por criar a Força Policial da Província, com efetivo de 363 soldados, com atribuições de auxiliar na justiça, manter a ordem e a segurança pública na capital, nos subúrbios e nas comarcas. Ali foi efetivada a Força Policial do Rio Grande do Sul. Daí por diante, a Brigada demonstrou seu valor, sua galhardia em muitos confrontos, desde a Revolução Farroupilha, Revolução Federalista, Gripe Espanhola, Revolução Assisista, Revolução de 1924, Revolução de 1930, Revolução de 1932, inundações, inclusive, em 1941, a Campanha da Legalidade, e, por último, a covid, que infelizmente, deixou muitos brasileiros sem vida. Eu quero cumprimentar também nosso secretário municipal de Obras, secretário Pablo Mendes Ribeiro, seja bem-vindo.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, quero saudar o nosso Presidente, Márcio Bins

Ely, o nosso Coronel, Santa Rosa, a nossa Ver.^a Comandante Nádia, que está aqui, neste momento, fazendo essa linda homenagem. Eu, inclusive, estive uns dias atrás com o Coronel Santa Rosa e a sua equipe, conversando, Comandante Nádia, sobre o programa que a Brigada tem em prol da saúde mental, é o Programa Anjos, e eu fiquei encantada com o trabalho que é feito, de cuidado com o servidor. Então, parabéns, estamos comemorando 184 anos da Brigada Militar. Parabéns pelos serviços prestados.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Ver.^a Tanise.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, Presidente; Comandante Nádia, parabéns pela belíssima homenagem a essa que merece todo o nosso carinho e nosso respeito, são 184 anos - não são 184 dias. É muito trabalho, muita dedicação, muitas pessoas que já passaram por essa casa militar. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É muito bom estar aqui e ver essa galeria cheia, repleta de homens e mulheres que diariamente colocam as suas vidas em risco para salvar as nossas vidas. Eu sempre falo isso quando nós temos uma homenagem para a Brigada, para o Exército, para a Marinha e para esses órgãos tão importantes no nosso dia a dia, porque são pessoas que juraram e cumprem o seu juramento, diariamente, estando nas ruas, estando nos protegendo e nos defendendo. Parabéns à Brigada pelos 184 anos, obrigada por estarem conosco e por nos defenderem no nosso dia a dia, contem sempre conosco.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Cláudia.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu quero saudá-la, Ver.^a Comandante Nádia, por essa justíssima homenagem; quero saudar a todos da Mesa, os quais o protocolo já elencou e que são frutos desta grande homenagem, que nos deixa muito orgulhosos. Eu quero me associar, porque desde deputado e desde sempre - vamos dizer assim - a gente tem um carinho muito grande pela Brigada Militar. Nós somos daqueles que acompanham passo a passo, e como são-borjense a fronteira sempre agradeceu também, porque a Brigada é, sem dúvida, de todos os gaúchos e de todas as gaúchas, nas horas difíceis, nas horas em que nós precisamos de uma força, de compensação dos tributos, do dia a dia da sociedade rio-grandense, a Brigada está lá, com a sua altivez, com o seu trabalho de disciplina, de hierarquia na busca de um Rio Grande melhor. Nesse sentido, Ver.^a Nádia, me somo à sua homenagem. E volto a dizer, a Brigada é de todos os gaúchos, 184 anos de lisura, de combate às coisas ruins no nosso Estado, com o objetivo de fortalecer e proteger o nosso povo. Parabéns, um abraço a todos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Cassiá.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero cumprimentar o Presidente, as autoridades aqui presentes, na pessoa do Comandante Santa Rosa e do secretário municipal, Coronel Mário Ikeda, e a querida vereadora, amiga, Comandante Nádia, por esta belíssima e merecida homenagem à nossa gloriosa Brigada Militar. Eu quero parabenizar a todos os integrantes da Brigada Militar pelos 184 anos. A Brigada Militar é uma das instituições mais respeitadas do nosso Brasil, e hoje, especialmente, nesta data, eu quero dar o meu melhor parabéns para aqueles policiais, que trabalham na rua, no policiamento ostensivo. Muito obrigada aos policiais! O policial, muitas vezes, é verdade, é abandonado pelo Estado que ele representa, criticado por pseudoespecialistas e pré-condenado por parte da imprensa, rejeitado na paz e suplicado na guerra, mas, mesmo assim, o policial segue nos protegendo; perdem seus irmãos de farda, perdem sua paz e, por vezes, perdem a sua vida num tiroteio, numa perseguição ou numa simples abordagem, para recuperar os nossos bens, salvar as nossas vidas, proteger as nossas famílias. Eles chegam a lugares que nenhum outro braço do Estado chega; combatem o mal e honram o seu juramento; não cumprem uma escala, cumprem uma missão que poucos, nesse mundo, suportariam; seu peito não ganha medalhas, mas está repleto de cicatrizes de batalhas. A todos os integrantes da Brigada Militar, vocês têm o meu respeito, a minha admiração, meus parabéns e meu muito, muito obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Mariana.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome do Ver. Giovane Byl, da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, queremos dar os parabéns pelos 184 anos da briosa Brigada Militar, pelo seu trabalho, sua dedicação, sua luta, seu empenho, muitas vezes arriscando suas vidas em prol da nossa comunidade. Muito obrigado e parabéns à nossa querida Ver.^a Comandante Nádia, por essa justa homenagem, nesta tarde. Obrigado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Ver. Hamilton.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Presidente Márcio, a vereadora Comandante Nádia é a legítima vereadora que pode fazer esse tipo de homenagem, ela vem fardada - honra a farda, Coronel Santa Rosa. E nós todos, que temos um respeito enorme pela Brigada, pelas forças de segurança, e hoje, particularmente, homenageando a Brigada Militar, nós temos o dever de não fazer continência, porque nós a fazemos errado, quando tentamos fazer, mas fazer uma inflexão, cada vez que nos dirigimos a um soldado,

independente da patente. Nós temos que fazer uma inflexão de respeito pelos serviços que prestam, pela alma que dedicam para a sociedade todos os dias. Comandante Nádia, V. Exa. fala muito bem, eu aprendi muito com a vereadora sobre a Brigada Militar. Parabéns por todos esses anos de grandes serviços prestados ao nosso Estado e que continuem sendo emprestados. A Brigada Militar é uma entidade do Rio Grande do Sul, independentemente de qualquer governo, de qualquer ideologia, quando se precisa, se chama a Brigada Militar, não se chama um partido, não se chama um governo, se chama a Brigada Militar. Parabéns e longa vida para essa instituição.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Ver. Idenir.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cumprimento a nossa representante da Brigada Militar aqui no Parlamento, a Comandante Nádia, que representa muito bem a Brigada Militar. Quero dizer que é um orgulho muito grande ser vereador de Porto Alegre e poder homenagear a nossa Brigada Militar, a grande e briosa Brigada Militar. A gente vê o reconhecimento da Brigada Militar, Coronel, quando a gente vê, não só dentro da Brigada, mas como a Brigada ocupa vários espaços dentro da nossa sociedade, por tudo aquilo que ela significa para nós - como a Comandante Nádia, que representa a Brigada aqui no Parlamento, o Coronel Ikeda que representa a Brigada Militar, dentro do Executivo -, pela sua formação, pelo seu trabalho prestado na cidade, também nas urnas, o Coronel Ikeda e a Comandante Nádia que representam aquilo que a população vê na Brigada Militar. Para nós é uma grande honra, novamente, estar homenageando a Brigada Militar nesses 184 anos, e dizer, Coronel, que nos 150 anos da Brigada, eu, como tenente R2 do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, participei dos 150 anos da Brigada Militar. Jogamos aquele campeonato de futebol 7 entre a Brigada Militar, o Exército e outros convidados e foi uma grande homenagem. Hoje, não dentro do Exército, mas aqui, dentro da Câmara de Vereadores, posso novamente homenagear com muito orgulho a nossa briosa Brigada Militar. Parabéns aos 184 anos da Brigada Militar! Parabéns, Comandante Nádia. (Palmas.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado, Ver. Mauro.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Presidente Márcio Bins Ely; vereadora proponente desta homenagem, Ver.^a Comandante Nádia, quero aqui cumprimentar o coronel Vanus Cesar Santarosa, comandante-geral da Brigada Militar; capitão de fragata Rodrigo Feitosa dos Santos, representando o capitão dos portos de Porto Alegre, capitão de mar e guerra Atrio de Oliveira Cruz; Tenente-coronel José Augusto Mercês dos Santos, representando o comandante militar do Sul, general Stumpf, meu querido amigo; Secretário Municipal de Segurança Mário Ikeda, meu cidadão de Porto Alegre, tive a honra de conceder o

título para o coronel Ikeda; defensora pública, Dra. Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros - gosto muito de mulheres na Mesa, isso é muito bom; representando o defensor público-geral do Estado do Rio Grande do Sul, Antonio Flávio de Oliveira; coronel Cláudio dos Santos Feoli, subcomandante-geral da Brigada Militar; deputado estadual tenente-coronel Zucco; e delegada de polícia Adriana Regina da Costa, representando a nossa gloriosa Chefe da Polícia Civil Nadine Tagliari Farias Anflor.

Comandante Nádia, justa e merecida homenagem, corri para estar aqui. Quero desejar, do fundo do meu coração, e talvez por mais palavras que tentasse dizer não conseguiria expressar o meu sentimento pela Brigada Militar por uma simples razão: meu vínculo com essa instituição sempre foi muito forte desde a época em que meu pai, Pedro Américo Leal, foi Chefe de Polícia e tendo assumido também a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, quando vivia intensamente o dia a dia dessa corporação, acompanhando o seu dedicado trabalho. A Brigada Militar é presença e referência nos mais importantes eventos do Rio Grande do Sul e iniciativas de toda natureza, em que é necessária a plena segurança ou a manutenção da ordem. Com essa presença da Brigada Militar, estabelece-se uma relação humana entre os que fazem a segurança pública e os cidadãos, o que constrói nossa sociedade e contribui para o estabelecimento do bem comum. Esses profissionais não esmorecem frente as dificuldades que encontram diariamente; muito pelo contrário. Creio que os policiais militares, tendo a consciência de que são agentes de utilidade pública, apesar das dificuldades, sabem de sua real importância.

A situação da Brigada Militar gaúcha foi tema de diversas falas minhas na tribuna da Câmara Municipal durante quatro mandatos, e nos textos e publicações, nas redes sociais, onde me manifesto com frequência. Nunca me cansarei de mostrar o quanto estimo e o quanto almejo o melhor para a corporação como um todo, para mulheres e homens que dão a vida para a nossa proteção.

Na minha caminhada política, segurança é causa e prioridade, pautada, de uma forma ou de outra, em todos os meus projetos e onde quer que eu esteja, desempenhando minha função, dedicando o meu interesse de cidadã e vereadora às categorias de segurança pública em geral. Tenho plena consciência da minha responsabilidade para com esta classe à qual hoje e sempre presto homenagem.

E agora vou fazer aqui uma confissão, Comandante Nádia, pessoal. Sempre que eu encontro brigadianos, eu cumprimento. Eu agora tenho um neto de cinco anos. Eu dei a mão esses dias para ele na Av. Nilo Peçanha e o levei até os brigadianos que faziam a segurança do posto de gasolina e apresentei o Pedro, que tem o nome do meu pai em homenagem a ele, para os brigadianos. Ele ficou tão emocionado que, antes de dormir, ele disse para o meu filho: “Vou ser brigadiano!” Muito obrigada. (Palmas.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver.^a Mônica Leal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; saúdo

também a nossa oradora neste momento, que representa, na homenagem, a Mesa Diretora, nossa colega, a Ver.^a Comandante Nádia. E, ao saudar o comandante da Brigada Militar Santarosa e o nosso secretário de Segurança Mário Ikeda, saúdo toda composição da Mesa.

Queria, em nome da nossa bancada, bancada do Partido dos Trabalhadores - a Ver.^a Laura, o Ver. Leonel e o Ver. Jonas - também não só parabenizar, prestar nossas homenagens aos 184 anos da Brigada Militar, mas, mais do que isso, nós temos que avaliar a Brigada Militar, Ver.^a Nádia, como uma extensão da segurança não só da cidade, mas das nossas famílias, até porque nós percebemos, ao ver um brigadiano, alguém da segurança, alguém que nos protege. Um pouco diferente, em alguns outros países, muitas vezes não se tem essa segurança em ver a Brigada Militar como a extensão da nossa segurança. E nós, a partir dos governos que valorizam o servidor público, nós temos certeza de que, quando Tarso Genro foi governador, teve um olhar diferenciado, muito diferenciado. Algo que muitos governos não tiveram. E quando nós prestamos esta homenagem, nós lembramos daqueles que tombaram, perderam a sua vida para dar a segurança ao cidadão. Eu me lembra aqui da região leste, o 19º, há dois anos, quando dois cidadãos brigadianos, ao cumprirem a sua missão de prender alguém que não era bem quisto da sociedade por ser pessoa de má índole, e aqui temos que assumir isso, os brigadianos perderam sua vida, deixando não só a Brigada Militar e os porto-alegrenses ou gaúchos constrangidos, de uma grande missão que tinha e tem a Brigada Militar de proteger o cidadão no seu dia a dia. Eu milito muito nessa região leste e tenho maior solidariedade com a Brigada Militar, principalmente, ali no 19º, onde a nossa vereadora, a Comandante Nádia foi comandante, no 19º Batalhão. E há muitos anos, falavam em extinguir o 19º Batalhão, lamentavelmente. Temos que aumentar, aumentar o efetivo da Brigada Militar e dar maior segurança ao cidadão, porque, a partir dessa credibilidade, que nós temos segurança de andar na rua - não precisa ser armado -, nós temos que andar na rua desarmados e com maior tranquilidade, porque temos, sim, a segurança pública ao nosso serviço. Muito obrigado e parabéns por essa história tão linda e bonita pelo Rio Grande. Obrigado. (Palmas.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Quero também aqui cumprimentar o Ver. Fernando Deadpool, de Gravataí, que se faz presente aqui na nossa sessão.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Caro Presidente Márcio, quero fazer a minha saudação ao Coronel Santarosa, ao nosso querido secretário municipal Mário Ikeda, e em nome deles, saudar todos os nossos presentes. Quero dizer aqui, Nádia, meus cumprimentos pela homenagem. Como servidores públicos que somos, o que sou, nós reconhecemos, o povo de Porto Alegre, o povo gaúcho reconhece e tem um crédito todo especial pela Brigada Militar aqui do Rio Grande do Sul. Portanto, nesta tarde em que homenageamos a Brigada, nós homenageamos seus comandantes, seus militares todos,

homenageamos seus familiares e por que não homenageamos todo povo porto-alegrense e gaúcho. Parabéns, Nádía, parabéns à Brigada Militar, longa vida! Um abraço!

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Ver. Airto. Muito obrigada, quero cumprimentar também aqui a família da Ver.^a Policial Mariana Lescano, parabéns por esse momento; a Graça, da Legião Altiava, sargento Flávia, uma grande guerreira em prol do verde-amarelo, enfim.

Falar da Brigada Militar é quase uma obrigação para mim, é minha vida, meu chão, meu norte e a melhor tradução para a palavra que mais prezo: liberdade. Palavra essa que foi e ainda é a maior e mais importante na vida de todos os brasileiros. Na Brigada, eu fiz amigos e aprendi que lealdade, disciplina e coragem são inegociáveis. Com essa farda, vivi os mais tensos momentos, mas também os mais felizes dias da minha vida.

É muito bom ser vereadora e representar a luta de tantos porto-alegrenses, mas tenho plena consciência de que se aqui estou é por causa de onde eu venho. Aqui é claro que tenho orgulho de ter sido a primeira mulher a comandar um batalhão de Polícia Militar no nosso Estado e liderar um batalhão de Polícia Militar, e também das grandes bandeiras que erguemos na corporação e que tive a honra de liderar, como é o caso das Patrulhas Maria da Penha. Mas indiscutivelmente a maior alegria foi servir e defender as tuas cores, Brigada Militar. Posso estar aqui nesta tribuna e em tantas outras tribunas que ainda virão pela frente, mas o meu coração está para sempre dentro desta farda.

Parabéns a Brigada Militar! Tu honras a história do Rio Grande do Sul. Teus 184 anos de vida salvaram e protegeram por quantas vezes a vida de tantos gaúchos e gaúchas de bem, tua história tem a cara, o jeito e a marca do nosso Estado, pois a Brigada Militar é corajosa, é leal, está sempre em pé e à ordem para defender a nossa liberdade. E apesar de alguns bradarem pelas ruas “eu quero fim da Polícia Militar”, saibam que aqui estarei em QAP total, defendendo a nossa Brigada, as nossas cores e a proteção dos gaúchos e das gaúchas. Que venham mais 100, 200, 300 anos da nossa Brigada Militar de muitas glórias. Jamais hesitaremos em te dizer: obrigado, Brigada. E para esses homens e mulheres, o soldado mais moderno, o coronel mais antigo da nossa reserva altiava, a minha melhor continência, comandante-geral, Coronel Santarosa. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de convidar a Banda de Música da Ajudância Geral da Brigada Militar, sob o comando do sargento Luciano da Silva Lopes, para executar a Canção da Brigada alusiva aos 184 anos de aniversário da nossa valorosa Brigada Militar.

(Procede-se à execução da Canção da Brigada Militar.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Sargento Luciano da Silva Lopes e toda a guarnição.

O coronel Santarosa está com a palavra.

SR. VANIUS CESAR SANTAROSA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Uma saudação especial à nossa banda de música centenária, banda de música da Brigada Militar, que sempre abrilhantam os eventos com excelência nas suas ações; e uma especial saudação, especial mesmo, à nossa tropa, aos nossos homens e mulheres que constituem a nossa tropa e que hoje são uma pequena fração representada aqui pelos mais diversos braceletes, que estão aqui representando os seus colegas. Somos uma família de quase 18 mil homens, e alguns dessa família estão aqui recebendo essa homenagem da Câmara dos Vereadores. Também saúdo todos os oficiais e praças civis, bem como os profissionais da imprensa aqui presentes.

O aniversário de uma instituição quase bicentenária, como é o caso da Brigada Militar, é sempre marcante, é, de fato, um evento grandioso, em que as honras são prestadas não por mera retórica, mas, sim, por justo reconhecimento, pois somos uma força pública de relevantes serviços prestados ao povo gaúcho. A Brigada Militar é formada por homens e mulheres de bem, pertencentes a mesma sociedade que juramos proteger, mesmo com o risco da própria vida. Somos a linha de frente na trincheira de controle da criminalidade, em um contexto cultural em que há vulgarização da violência. Para sermos a referência da comunidade, implementamos muitas ações e programas institucionais focados na proximidade e na interação. Somos a face mais visível do Estado e convidamos a sociedade a cooperar conosco, sendo nossos olhos e ouvidos vigilantes. No combate à criminalidade, temos feito nossa parte, atuando de forma integrada com os demais órgãos que compõem o sistema de segurança, e, mesmo diante de todas as agruras enfrentadas, nossa tropa mostra o valor, mostra a honra, mostra o espírito de serviço. Somos trabalhadores do Estado a serviço da comunidade, e esta comunidade espera sempre de nós a prestação de um serviço de qualidade, com dedicação e afinco, atuando sempre de forma incondicional irrestrita. A ética, a lealdade, a transparência, a honestidade, o respeito e a temperança devem sempre estar presentes em nossas mentes, guiando e balizando nossos atos, para que tenhamos êxito na profissão que escolhemos, que é de sermos policiais militares. Aliado a isso está a hierarquia e a disciplina, que são as bases indivisíveis da nossa corporação, que nos solidificam como força policial e nos mantém como um corpo firme e focados no cumprimento da nossa missão.

A Brigada Militar, como componente do Sistema de Segurança Pública do Estado, valoriza a integração das atividades policiais com as instituições que formam o sistema de segurança e de justiça criminal, em nível municipal, estadual e federal, e, dessa forma, interagimos com todos os segmentos envolvidos, colaborando com o aperfeiçoamento do sistema, atuando em atividades de prevenção e repressão à criminalidade, sempre em prol do bem comum. Nesse sentido, sabemos que toda atividade que possui alguma ligação com a segurança pública envolve altos investimentos e exige dos diversos profissionais componentes do sistema o

planejamento e a execução de medidas que buscam antecipar-se às ações criminosas, sempre e contando com a imprescindível e constante evolução penal e processual penal de nosso País, evitando a impunidade e a reincidência criminal.

Como todos sabem, vivemos num momento muito complicado, em função da pandemia que assola o mundo, e, na Brigada Militar, não é diferente. Desde o começo desta pandemia, em que os primeiros sintomas iniciaram-se em março do ano passado, nosso policial não parou suas atividades, continuou prestando um serviço firme e forte à sociedade, pois não há como fazermos segurança pública em *home office* ou por teletrabalho. Nesse cenário, o nosso policial também foi afetado pela Covid, já perdemos 16 colegas de farda, foram levados das nossas fileiras da ativa, deixando feridas no seio da família brigadiana. Também este ano, já perdemos cinco colegas de farda, todos levaram a cabo o maior dos juramentos, qual seja, juraram defender sociedade, mesmo com risco da própria vida. Somos profissionais que juramos defender a sociedade, juramos dar a nossa vida pela sociedade, defendendo terceiros que sequer conhecemos. Isso é um ato sublime.

E, em nome de quase 18 mil homens e mulheres que compõem as fileiras da ativa da Brigada Militar, bem como em nome de toda a família brigadiana, quero deixar aqui o nosso agradecimento a essa homenagem aos nossos 184 anos de serviço prestado ao povo gaúcho. Esse sucesso todo que a Brigada vem apresentando não se deve apenas à nossa geração; a Brigada Militar é formada por uma sucessão de gerações. Vejo aqui, na nossa plateia, policiais da ativa, policiais que, em algum momento, ombrearam lado a lado as ruas de Porto Alegre ou algum outro dos 497 municípios, e, com seus feitos, deixa um legado que nós hoje, da ativa, estamos colhendo. E, graças a esse trabalho cooperativo de todas as gerações, que vem se mantendo através dos séculos, estamos hoje com uma redução acima de 30% nos homicídios, estamos com uma redução acima de 50% no roubo de veículos. Em razão dessa tamanha redução, as seguradoras reduziram o preço dos seguros dos veículos aqui no Estado do Grande do Sul. Em roubos a bancos, houve reduções acima de 85%, e esse trabalho se dá a quê? Esse trabalho traz interação com as demais forças, principalmente, pelo amor à camiseta destes policiais que representam toda a família brigadiana e que defendem a sociedade no dia a dia. Por isso, Presidente, peço a sua licença para uma salva de palmas aos nossos policiais militares. (Palmas.) Esses são os verdadeiros heróis. A Brigada Militar não sou eu, ou Coronel Feoli, ou o Coronel Stumpf, ou soldado mais moderno; a Brigada Militar somos todos nós.

Por fim, saliento que o sucesso no cumprimento de nossa missão passa pela união de todos os segmentos da sociedade, que busca o bem comum e a segurança pública. Comandante Nádia, em nome da família brigadiana, agradeço a homenagem, a levamos com muito carinho e contem conosco. Vida longa a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Coronel Santarosa. Nós também queremos nos somar, aqui, à iniciativa da Ver.^a Comandante Nádia. Quando fala Câmara, fala cidade, Comandante Nádia. Essa é a homenagem que a gente faz em nome da Mesa, com a senhora na condição de vice-presidente, uma justa e merecida homenagem. Então a toda a família, à tropa, toda à Brigada Militar, valorosa, que vem defendendo sempre, em primeiro lugar, a sociedade, fica o nosso reconhecimento.

Nesse momento, então, eu gostaria de convidar a Comandante Nádia, com os demais vereadores, para proceder à entrega do diploma ao coronel Santarosa. Convido todos os integrantes da Mesa, se possível, para fazermos um registro fotográfico.

Suspendo por dois minutos a sessão,

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h02min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h07min: Estão reabertos os trabalhos. Muito obrigado. Agradecemos, em especial, a presença da nossa valorosa Brigada Militar. Gostaríamos também de agradecer e registrar a presença do vereador de São Leopoldo Gabriel Dias, do Cidadania. Obrigado pela presença, vereador!

Hoje este período de Comunicações também é destinado a assinalar o transcurso da Semana da Consciência Negra, nos termos do Requerimento nº 275/21, de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Elis Regina Gomes de Vargas, presidente da União de Negras e Negros pela Igualdade – Unegro/RS.

Agradeço e registro a presença do secretário Mendes Ribeiro, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Bem-vindo, secretário!

A Ver.^a Bruna Rodrigues, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas, boa tarde aos colegas; de forma especial, quero cumprimentar a nossa convidada Elis Regina, presidenta estadual da União de Negras e Negros pela Igualdade; cumprimento também o Presidente da Casa; é com muita alegria que, na primeira segunda-feira posterior ao 20 de Novembro, nós possamos, juntos e juntas, homenagear essa entidade, que, aos 33 anos de idade, uma jovem como eu, contribuiu muito com a consciência racial da nossa sociedade. Eu hoje fazia uma reflexão sobre esta homenagem e ficava, Presidente, me perguntando o quanto é fundamental uma entidade como a Unegro se fortalecer, se enraizar e, acima de tudo, ser homenageada na Câmara de Vereadores. Nós tivemos um 20 de novembro que marcou o cinquentenário desta data, o cinquentenário que dialoga sobre a necessidade, ainda em 2021, de nós lutarmos

pela igualdade racial, algo que é, a partir da visão de muitos, natural, porque muitos se utilizam desta tribuna para dizer que todos e todas somos iguais perante a lei. Mas, infelizmente, nós temos uma sociedade racista de forma estrutural, que tem um impacto, inclusive, nesta Câmara de Vereadores, que nos apresenta condições diferentes de desenvolver e se desenvolver no Parlamento. Infelizmente, nós ainda falamos de uma população que tem a primeira geração de chegada plena a esta Casa. Por isso, eu venho a esta tribuna, em nome da nossa bancada, homenagear a Unegro, porque é importante, é fundamental que, inclusive, o Parlamento faça uma reflexão sobre o quanto o racismo estrutural impacta essas estruturas, o quanto, Presidente, desde a entrada, nós somos diferentes, porque o racismo estrutural garante essa diferença. Por isso que nós precisamos pautar, de forma muito firme, o racismo.

Nós tivemos aqui a saudosa Brigada Militar, que também se encontra com racismo de forma estrutural e precisa fazer uma reflexão sobre a sua atuação. Nós temos muitos trabalhadores e trabalhadoras da Brigada Militar que são honrosos, que são grandes trabalhadores, mas que precisam fazer uma reflexão. O racismo é estrutural, impacta também as nossas estruturas e as nossas instituições. Por isso, hoje nós precisamos debater o racismo na figura dessa entidade que aqui lidera e liderou o 20 de novembro, que ainda fala da mortalidade da sua juventude, dessa juventude que, a cada 23 minutos, perde um dos seus. A cada 23 minutos, morre um jovem negro pela falta de oportunidade e pelo racismo, que não cumpriu, desde o processo da escravidão, com a equiparação com o povo negro.

Nós ainda falamos de algo muito básico, nós ainda falamos da necessidade, Ver. Pedro Ruas, de garantir equidade, no mínimo, na educação; na garantia da dignidade plena de alimentação, na garantia de não ser diferenciado pelo simples fato de ser negro ou negra, de ser perseguido, Ver. Ruas, no supermercado, de não poder entrar com uma bolsa numa loja, porque eu, a Elis Regina e tantos outros sabemos o que isso significa.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, prezada Ver.^a Bruna Rodrigues, que tão bem faz a luta no dia a dia e desde sempre na sua juventude, mas também teve a brilhante ideia, Presidente Márcio Bins Ely, de fazer esta homenagem específica do dia de hoje. Eu quero saudar a militante, a guerreira Elis Regina, da Unegro. Eu não sabia que era a mesma idade da Bruna, aprendi hoje, que são de uma mesma idade a Unegro e a Bruna. É muito sério esse debate vereadora. Poucas pessoas, como V. Exa., outras vereadoras e o vereador aqui da nossa Casa, travam tão bem a luta forte e firme, que consegue trazer sempre mais e mais aliados. V. Exa. está de parabéns, assim como a Unegro, Elis Regina, porque essa é uma luta que vem de muitos anos. Eu me lembro das nossas conversas, eu tive a honra de conhecer e militar, a Elis Regina sabe, com o Abdias do Nascimento, com o Caó, do Rio. São lutadores, Ver.^a Bruna Rodrigues, combatentes do racismo de bem antes da Constituição Federal, de bem antes de 1988, quando não havia crime de racismo, não existia o delito de racismo. Eu quero homenagear aquelas lutadoras e aqueles lutadores, os de hoje, Elis Regina, Bruna, Daiana, Laura Sito, Karen,

Matheus, pessoas que nos dão orgulho de nós estarmos aqui fazendo um trabalho parlamentar juntos, Presidente Márcio Bins Ely. Isso, para nós, é motivo de muito orgulho, de muita honra e de muita alegria, mesmo sendo uma causa tão dura, tão difícil e que tanta tristeza traz, historicamente, ao povo brasileiro. Parabéns pela iniciativa, conte conosco, Ver.^a Bruna Rodrigues. Obrigado.

Vereadora Laura Sito (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Queria parabenizar a Ver.^a Bruna Rodrigues pela proposição, saudar a nossa Elis, querida camarada, amiga, aqui representando a Unegro. A Unegro, que, nesses 33 anos que se confundem com a construção democrática do Brasil, demonstra para nós, desde a Constituição de 1988, o quanto a luta pela igualdade, pela superação do racismo está intrínseca para que nós possamos construir, de fato, um País verdadeiramente democrático. Nós, que somos a maior parte da população, ainda apontamos em diversos indicadores que mostram que a nossa condição cidadã neste País não é igual, sendo que este País foi construído com o nosso suor e com nosso sangue a cada milímetro da sua história. Desejo vida longa à Unegro, vida longa a nossa luta. Que nós possamos viver num país e entregar – não é, Bruna, que também é mãe? – aos nossos filhos um país onde ser negro e ser negra não seja um motivo de lutar pela igualdade, mas que nós possamos viver a igualdade, a igualdade de uma sociedade verdadeiramente democrática, e ter o nosso direito à felicidade, a nossa condição de vida, o nosso direito a ser feliz posto diariamente para nós. Vida longa a todas nós, que a nossa luta, ela siga, e que nós possamos construir um país melhor e igualitário para todos nós. Obrigada.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Bruna, por me conceder um aparte. Quero cumprimentar a Elis, que é uma militante da Unegro e das lutas sociais aqui de Porto Alegre, representa muito bem a história que a Bruna está apresentando. Essa entidade, desde que eu comecei a miliar, a gente se tromba por aí, mas tem um elemento importante, eu acho, na constituição da Unegro, que é a presença dum intelectual, historiador, sociólogo, o Clóvis Moura, que foi um dos grandes articuladores do processo de formação dela. Na minha opinião, é um dos principais pensadores da questão do racismo no nosso País. A ideia de racismo estrutural, que hoje em dia está tão popularizada, felizmente, no debate político, na literatura, na academia, a gente vê muita gente falando sobre isso na televisão, na questão dos esportes, enfim, para compreender o racismo é impossível a gente não falar em racismo estrutural. E o Clóvis Moura já trabalhava isso com uma leitura muito aprofundada do processo de formação econômica e social do nosso País através da escravidão, e como a classe trabalhadora brasileira teve uma inserção totalmente subalterna nessa sociedade competitiva, o que foi ocasionando as desigualdades, da forma como a gente conhece, em todos os aspectos: a violência, a questão cultural, a religiosa, a segregação territorial. Então é fundamental a gente, neste cinquentenário da consciência negra, fazer atos como nós fizemos, na última quinta-feira, de homenagem a Oliveira Silveira, mas saudar, principalmente, as coletividades que a gente construiu ao longo da nossa trajetória. Isso

hoje nós estamos fazendo, através deste espaço, para dialogar sobre a Semana da Consciência Negra. Precisamos seguir ainda, cada vez mais, permanentemente, mostrando que o racismo não pode mais ser uma tradição em qualquer ambiente, seja na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ou no País. Parabéns, Bruna, pela iniciativa, estamos juntos na luta.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, Presidente; minha colega de bancada, Ver.^a Bruna; Elis Regina, que importante ter aqui um espaço onde a gente vem construindo, de forma muito dura durante este ano, e o Presidente está aqui como prova disso, sabe que ainda não temos essa capacidade de construção, de aglutinar aquilo que é importante para nós, porque não é feita a leitura dessa realidade de forma adequada. Tu estares aqui hoje, neste que é um mês muito simbólico, extremamente significativo, que contempla parte das nossas lutas, é fundamental. Eu venho só para te fazer essa saudação mesmo e te dizer que, em nome da bancada do PCdoB, mas tua camarada principalmente e da Unegro, em nome a todos aqueles que constroem a Unegro, e, felizmente, no sábado, tive essa oportunidade de encontrar, inclusive, camaradas nossas de Rio Grande e de outras partes, quero falar que essas mulheres que se dedicam, falo em especial as mulheres negras, são aquelas que certamente, logo ali na frente... (Problemas na conexão.) Só quero finalizar mesmo para te dizer da importância da valia dessas mulheres, que se debruçam na luta porque sabem que somente a luta vai desconstruir todo esse processo histórico onde o racismo nos coloca nesses determinados lugares, condicionantes e determinantes, que fazem com que a ruptura desse ciclo seja fundamental para ascensão de todos nós. Muitíssimo obrigada, uma saudação muito afetuosa a ti, Elis.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Daiana.

Vereador Pedrinho da Tinga (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Bruna, hoje é meu primeiro dia como vereador de Porto Alegre, mas não poderia deixar passar esse momento, porque nós somos negros, somos lutadores pela periferia e a gente não pode, simplesmente, ficar sendo lembrados somente pelo dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. A gente tem que lutar o ano todo, nas nossas comunidades, para que a gente tenha orgulho, trabalhar com as crianças, onde eu trabalho, para que elas fiquem empoderadas e que sempre pensem que elas não são negras e têm que ficar inferiores, porque elas têm de continuar lutando para crescer, evoluir, e que a cor da pele não significa nada. Parabéns para ti, vereadora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigada, Pedrinho; obrigada, vereadoras e vereadores. Eu queria dizer que, mais uma vez, cabe aqui uma reflexão, se nós formos pensar e fazer uma análise desta homenagem, que recebe hoje uma entidade que tem 32 anos, aqui na Câmara de Vereadores, e que o

único vereador não negro que se manifestou nesses apartes foi o Ver. Pedro Ruas, líder da oposição, isso fala muito por si só, fala muito porque o racismo estrutural, que permeia as instituições, ele também minimiza esta que é uma pauta tão importante e fundamental para mulheres e homens, negros e negras...

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu estava pronta para me manifestar na homenagem à consciência negra, a proponente é a minha colega Bruna, que foi muito carinhosamente recebida por mim e sabe da minha amizade, mesmo com siglas e ideologias diferentes, a gente tem um grande relacionamento, e eu falo isso por onde ando, porque é muito importante essa boa convivência. Eu quero te dar os parabéns pela homenagem ao Dia da Consciência Negra, que sempre deve ser lembrado. Tivemos, na última quarta-feira, aqui no plenário da Câmara, um grande evento para comemorar esse dia, minhas homenageadas foram a empresária e ex-miss Brasil Deise Nunes e Ângela Chaves, guia do Palácio Piratini. As queridas mulheres guerreiras que trabalham e que abriram espaços, tanto na área política como na área empresarial. A celebração relembra a importância de refletirmos sobre a posição dos negros na sociedade, afinal as gerações de afro-brasileiros que sucederam a época da escravidão sofreram e ainda sofrem diversos níveis de preconceitos. Após a abolição formal da escravidão, no dia 13 de maio de 1888, a busca pela igualdade, por direitos dos negros jamais cessou. A discriminação, sentida em todas as áreas, tornou o negro excluído da sociedade, da educação e conseqüentemente do mercado de trabalho. Essa exclusão, através de muita luta, foi diminuindo aos poucos e o negro foi encontrando lugar nos esportes, nas artes, mas não tinha acesso à universidade, por exemplo. Desse modo, era preciso um dia para lembrar dessa manifestação constante que os negros realizam para serem aceitos da mesma forma que os brancos no Brasil. A criação de um dia comemorativo da consciência negra é uma forma de lembrar a importância de valorizar um povo que contribuiu para o desenvolvimento da cultura brasileira. Durante o período de novembro, diversas atividades e projetos são realizados nas escolas de todo o País para comemorar a luta dos afrodescendentes. Além disso, tem o intuito de conscientizar a população para a importância desse povo na formação social, histórica e cultural de nosso País. Também representa a luta dos negros contra a discriminação racial e a desigualdade social. Parabéns, Ver.^a Bruna, muito orgulho da sua manifestação e principalmente desta data. Um abraço a todos.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Mônica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Bruna, temos inscritos em pedidos de apartes, a Ver.^a Comandante Nádia e o Ver. Airto Ferronato.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Concedidos.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Primeiramente, boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, Ver.^a Bruna. Vereadora, não deixou a gente se inscrever, a gente está longe, mas a gente está aqui, viu? Mulher branca, da Brigada Militar, da segurança pública, dizendo que, sim, todas as cores têm importância. É importante essa tua homenagem hoje, para a Unegro, é uma entidade que tem mais de 30 anos, se ela se perpetua por mais de 30 anos é porque ela tem uma importância ímpar, e isso é importante. Nós, enquanto vereadores, temos que prestigiar aqueles que trabalham para todos, para a coletividade, para melhorar o emprego, para melhorar a educação, a saúde. Enfim, quero te parabenizar por essa homenagem, parabenizar a todos que fazem parte dessa instituição que há mais de 30 anos apresenta bons trabalhos e que continue, sim, fazendo um bom trabalho, principalmente por conta de que protegem pessoas. Vocês sabem que independentemente da cor, do credo, da raça, eu tenho certeza de que há espaço para todos e que os espaços são conquistados a partir do trabalho e da educação. Parabéns a todos, parabéns, Bruna, que continuemos sempre numa boa *vibe*, falando sobre boas ações, boas instituições aqui de Porto Alegre. Obrigada.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Nádia.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu estimado Presidente Márcio, amiga Bruna, também estava me inscrevendo quando tu fizeste aquela manifestação, talvez até apropriada, mas te dizendo que nós estamos juntos, como, aliás, sempre estivemos nessa luta pela não discriminação, pelo respeito à identidade do povo negro e pela sua luta, sua história e suas façanhas. Então eu quero te cumprimentar, cumprimentar a todos, a nossa entidade homenageada, pelos seus 30 anos, em nome do PSB, trazendo aquele abraço a vocês. Meus cumprimentos. Obrigado.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigado, Ver. Ferronato.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Presidente; Ver.^a Bruna; é isso mesmo, vereadora, tem que puxar a orelha das pessoas, porque às vezes a gente se passa, a gente se perde, e essa luta é uma luta de muitos e muitos séculos, não é de hoje, não é de ontem e não vai ser de amanhã, tenho certeza que ela vai se prolongar por muitos e muitos anos. A senhora colocou hoje aqui um adesivo: "Somos muitos, vidas negras importam". Realmente, vidas negras importam, e falar é muito fácil, executar e fazer como tem que ser é muito difícil. Eu tenho dois negros no meu gabinete e eu tenho o maior orgulho de tê-los comigo, porque eles prestam um excelente trabalho, eles são maravilhosos, e a cor não muda nada, eu tenho brancos, eu tenho negros, eu tenho homossexuais, eu tenho uma diversidade muito grande no meu gabinete e todos fazem o mesmo papel, trabalham de forma maravilhosa e brilhante. Então, parabéns pela sua luta, parabéns pela luta dos meus colegas vereadores negros e que vocês possam contar sempre com apoio desta

vereadora. Parabéns Elis Regina – olha que nome maravilhoso –, que Deus te abençoe sempre e que tu possas seguir essa luta. Parabéns.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Obrigada, Ver.^a Cláudia. Nós tivemos uma série de manifestações de vereadores e vereadoras que entendem a importância da pauta da luta contra o racismo e que não basta só não ser racista, é preciso ser antirracista, e, para ser antirracista, é necessário entender que quando nós apresentamos projetos importantes aqui pela luta racial, é porque nós entendemos a importância e o impacto desses projetos na vida dos negros e negras. Eu acho importante ressaltar que nós sempre trabalhamos e trabalhamos muito duro, não faltou trabalho ao longo desses 500 anos, o que faltou foi um reconhecimento da sociedade, de que homens e mulheres, negros e negras, precisavam ser iguais no tratamento, nas oportunidades, e isso sempre foi decisivo. Infelizmente, a gente ainda precisa conviver, Ver.^a Cláudia, com o que acontece no nosso cotidiano, e, infelizmente, a sociedade não permite que nós sejamos iguais, Ver.^a Mônica, mesmo com todo o respeito que nós tenhamos uma pela outra, porque quando eu entro no supermercado, e a Elis sabe muito bem porque já entramos muito juntas... E eu falava sobre isso com o secretário de segurança, eu falava da necessidade de nós construirmos uma nova consciência da segurança pública, consciência que entenda que corpos negros, que homens negros, que mulheres negras não têm, não podem ter uma marca, a marca, aquela, que diz que homens negros são ladrões, que mulheres negras precisam estar num lugar de subalternidade, mas para que a gente possa, juntos, construir essa consciência, é preciso que a gente entenda e que a gente reconheça que o racismo é estrutural. Sábado foi um dia de luta, mais que um dia de festa, foi um dia de marchar, no Brasil inteiro homens e mulheres marcharam para que essa igualdade se consolide na vida real, para que mulheres como eu não tenham medo de perder os seus filhos, os seus filhos que são assassinados pelo simples fato de serem negros, afinal de contas, um homem negro correndo na rua pode ser um assaltante, um homem branco correndo na rua pode estar praticando esporte. E isso não é esta vereadora que fala; são pesquisas que apresentam que a sociedade concebe homens negros associado a perfis de insegurança e mulheres negras associadas a perfis de subalternidade, e essa consciência nós precisamos juntos combater. Ontem também aconteceu o ENEM, o menor público desde 2005, e o povo mais atingido com a falta do acesso ao ENEM, mais uma vez, é o povo negro. Por quê? Porque nós sabemos que a crise econômica social e sanitária atingiu os mais vulnerabilizados, de forma brutal, e essa população tem, sim, cor, infelizmente. Ela tem, sim, lugar, e, infelizmente, ainda as balas que se perdem, coincidentemente, encontram os nossos corpos. É por isso que hoje, Elis, eu, com muito orgulho, digo que a Unegro foi a entidade que me garantiu a consciência, foi a entidade que me garantiu a tranquilidade de enfrentar aqueles e aquelas que diminuem essa pauta, aqueles e aquelas que dizem, de forma superficial, que nós somos todos e todas iguais, aqueles e aquelas que não são parceiros de enfrentar essa pauta que é estrutural e que nos mata, nos tira a chance de existir com dignidade. Então, mais uma vez, de forma muito carinhosa, eu saúdo a Unegro, essa entidade, que nós possamos aqui

comemorar mais 30 anos e que a gente possa junto vencer o preconceito e toda forma de opressão do nosso povo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Elis Regina Gomes de Vargas, presidente da Estadual da União de Negros e Negras pela Igualdade – Unegro, está com a palavra.

SRA. ELIS REGINA GOMES DE VARGAS: Eu queria saudar o Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; queria saudar todos, todas e todes; queria saudar essa juventude que ontem estava comigo, no dia 20, no sábado, na rua lutando por um mundo melhor para o nosso povo. Quando o Ver. Matheus me fala de Clóvis Moura e a gente começa a discutir raça, classe e gênero, a Unegro é instigada mais uma vez. A Unegro é uma entidade com 33 anos de luta, a Unegro é uma entidade que está composta em todos os estados do Brasil, a Unegro que luta diuturnamente por políticas públicas, pelo debate de uma vida melhor para o nosso povo brasileiro, povo negro brasileiro descendente de escravidão, sim. Eu não vou contar essa história porque eu não estou aqui para contar história, espero que a Lei nº 10.639/2003 vá para as escolas e aí todos os senhores aprenderão essa história.

Eu estou muito feliz de estar aqui e sair de casa num dia, Ver.^a Bruna, Ver.^a Daiana, meus camaradas, muito especial para mim. Hoje é 22 de novembro, hoje eu completo 55 anos e eu completo 40 anos de militância. E 40 anos não são 40 dias, e eu venho feliz para este lugar onde alguns insistem em me dizer que não é a Casa do Povo e eu insisto em dizer que este lugar é a Casa do Povo e é aqui que eu quero meu povo, e é aqui que a Unegro quer estar decidindo o que é bom, ajudando a construir políticas públicas que mantenham a nossa juventude viva, viva de verdade. Quando eu chego feliz da vida, uma mulher negra, presidente de uma entidade do Movimento Negro Nacional, eu preciso dar o lado na portaria, porque eu preciso, sendo tão homenageada quanto, deixar que a Brigada Militar entre antes de mim. Sinceramente, todo meu respeito à instituição da Brigada Militar, mas sigamos falando de uma entidade que luta por políticas públicas, sim, porque, cada vez que um jovem negro é morto na periferia da cidade, cada vez que a abordagem policial em locais privilegiados da cidade é feita diferente da abordagem policial feita no lugar de onde eu venho, do meu lugar de fala, nós estamos falando em racismo, sim. Enquanto esta Casa, quando nega políticas públicas que defendam esta juventude, quando nega políticas públicas que deem muito valor para educação de qualidade, para uma creche para cada mulher deixar o seu filho, com um ônibus que lhe dê segurança para não ser estuprada, para não ser violentada, quem está matando a juventude negra é o poder público e é esta Casa. E é disso que a Unegro quer falar, é aqui que a Unegro quer estar, sim, Ver.^a Bruna – Bruna nossa filha, filha da Unegro –, e é disso que nós queremos falar nesta Casa. Então, hoje, quando eu sofri racismo desde o momento em que saí de casa até o momento que fui chamada para sentar do lado do Presidente, dia do meu aniversário, dia de Santa Cecília, dia em que

eu ouvi vereadores falando em meritocracia, não, gente, vamos pensar, não precisamos gritar, mas vamos pensar. Quando nós precisamos dizer que o meio passe estudantil é importante para nossa juventude da comunidade ir para escola, nós estamos falando em racismo, sim. Quando nós precisamos dizer que os trabalhadores são importantes no transporte e que é muito mais do que o transporte e muito mais do que o lucro de um empresário que é o alimento e o pão de cada dia da família desses trabalhadores, nós estamos falando em racismo. Quando a nossa juventude negra não tem acesso à educação, a um trabalho digno e um trabalho de qualidade, nós estamos, sim, dizendo que esta Casa falha, e é isso que eu vim falar aqui. É por isso que eu quero brigar, eu não quero brigar com A, com B, eu não venho buscar o Apartheid, brancos e negros devem ser parceiros na construção de um país com um projeto de governo que realmente contemple a todos e todas. Não dá mais nós termos um país onde 5% da população come caviar e 60% da população come papelão, é disso que a Unegro vem falar. Não dá mais nós ficarmos calados com todas essas questões. Então, se é estar nesta Casa que vai fazer a diferença, nós estaremos nesta Casa, nós estaremos na Câmara dos Deputados, nós estaremos em todos os espaços e a Unegro vem para ocupar espaços efetivamente políticos, porque somos brasileiros e brasileiras. Hoje, dia de Santa Cecília, dia do meu aniversário, dia em que eu vejo a Brigada Militar, é uma pena porque eu queria dialogar com brigadianos e brigadianas, mas não discutir e nem que eles me respondam, mas eu queria saber qual o percentual de militares que deixam de ser soldados tendo a cor da minha pele. Isso não é um debate, é só um questionamento. Eu vou encerrar a minha fala dizendo, primeiro, que eu estou muito feliz, quero agradecer a cada um e a cada uma, quero agradecer a esta bancada negra que, para mim, nos meus 40 anos de militância, foi uma luta e, para mim, é uma realização por estar aqui, porque, cada vez que cada um deles abre a sua boca, Ver. Matheus, sou eu que estou aqui e é assim que eu me sinto. Que bom que eu vivi para isso, que bom que hoje que eu tenho os meus cabelos brancos que eu já faço parte da ancestralidade, Ver. Matheus e Bruna e Karen e todos e todas. Quando eu estava na marcha no sábado, eu encontrei uma moça e disse para ela que também ela será nossa vereadora, e hoje eu fico muito feliz de vê-la aqui, é disso nós estamos falando. Nós queremos todas e todos nós aqui, chega de matar gente, chega de matar gente na Restinga, chega de dizer que eu sou descendente de matemáticos e filósofos, não, eu sou descendente de um povo que veio escravizado para este País, que veio escravizado e acorrentado, que teve sua liberdade sem direito à casa, sem direito à educação, sem direito a nada, é desse povo que nós falamos. E é esse povo que, com toda sua força, com toda sua luta, com toda a sua garra, hoje está na universidade, hoje está em todos os lugares, hoje está aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigada a todos e todas, que a nossa luta não termine por aqui, que os nossos avanços não terminem por aqui e que a nossa coragem para luta não termine por aqui. Que oxalá abençoe a todos e todas, e que Pai Bará abra os caminhos de todas e todas e que, em nome de Deus, de oxalá, da Deusa porque o meu estado é laico, sejamos todos feliz. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Sra. Elis Regina, presidente Estadual da União de Negros e Negras pela Igualdade, e agradeço, sobremaneira, à Ver.^a Bruna pela iniciativa. O negro merece todo nosso respeito na semana da Consciência Negra e eu comentava aqui também com a Elis Regina das nossas lideranças, Alceu Collares, Abdias Nascimento, recentemente, integrando a nossa bancada, Delegado Cleiton, Flecha Negra e o próprio Alex da Banca. Então fica também aqui o nosso carinho, o nosso respeito, o nosso reconhecimento, todo o esforço que se fez também, mesmo com a pandemia, por ocasião da semana da Consciência Negra, as nossas exposições, o nosso *outdoor*, a nossa sessão solene.

Convido a Ver.^a Bruna Rodrigues a fazer a entrega do diploma para a Sra. Elis Regina Gomes de Vargas. Estão suspensos os trabalhos.)

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h48min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h51min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, logo após o período de Comunicações, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Usando os cinco minutos do período de Comunicações nesta rotatividade da Câmara, quero aqui salientar alguns pontos importantes nos últimos dias como, por exemplo, a revitalização do muro da Mauá. Muito bom, Pablo. O muro da Mauá, que sexta-feira foi inaugurado, é uma das imagens que mais correm hoje o Facebook, WhatsApp, as redes sociais pela beleza que se destaca no muro que estava há muito tempo, às vezes, até abandonado - por que não? -, sem vida e me parece que os artistas de Porto Alegre deram uma nova dinâmica e uma visão muito bonita para o muro da Mauá. Parabéns, Pablo, nosso prefeito tem feito muita coisa boa, tem dialogado com a sociedade, tem concordado quando é possível – muitas vezes discordar faz parte da democracia, mas me parece, o muro, com a nova cara, sem mexer no seu tamanho, dando uma imagem bonita no Centro de Porto Alegre, onde já tem lá restaurantes belíssimos que vão contemplar a sociedade. Nós precisamos também, nesse tipo de projeto, levar para as comunidades mais carentes, dar uma visibilidade boa, praticar mais esporte, ter mais lazer, mais cultura. Então, a cidade está se preparando

bem; nós estamos nesta Casa com o Plano Diretor do Centro, que vai dar uma nova dinâmica, uma nova visão de mobilidade urbana, de eventos. Eu tenho certeza de que nós vamos ter a nossa sala, que é o Centro, melhor organizada, como uma revitalização, conectando-se com a orla, que já está bonita, mas que ainda tem alguns pontos a serem feitos. Então, nesse sentido, eu parablenizo a Prefeitura, os secretários.

Agora à tarde, não sei se vai dar tempo de irmos lá, tem um convite da Prefeitura para que nós analisemos com os empresários, com a sociedade da Vila Nova, em relação à Av. Vicente Monteggia, Cassio, que é uma questão que nós debatemos há anos, nós que fomos secretários lá atrás pensávamos nisso, inclusive apresentamos, por vários anos, vários orçamentos, emendas para contemplar essa obra da Av. Vicente Monteggia; inclusive aqui falei, em outra oportunidade, que, às vezes, se não pode fazer a duplicação, faz a terceira via, a terceira pista, para dar uma possibilidade de começar um trabalho de, por exemplo, final da tarde, liberar aquela terceira pista em direção à Vila Nova. Isso acontece muito nas estradas, quando tem uma subida, chegando numa cidade, o caminhão tem que sair para o lado para passar o mais leve, a terceira via está ali, para isso, com esse objetivo, para que o caminhão vá pela direita, e o motorista que vai viajar por todo esse Rio Grande passe, vá embora, não fique preso numa via de duas mãos, de ida e volta só, mas, sim, fazendo essa terceira via. Essa é uma grande possibilidade na Av. Vicente Monteggia que o nosso prefeito também está dialogando com a comunidade, conosco. Lembra-me o Cassio, trabalhávamos na SMOV quando criamos esse projeto, lá no tempo da SMOV, com objetivo da duplicação da Av. Vicente Monteggia. Mas eu acho que a Prefeitura raciocina bem, começa por um aspecto importante, a terceira via, que desafoga nos horários de pico; depois faz a outra via, vai abrindo onde tem mais perspectiva.

Quero também falar aqui do Plano Diretor do Centro, que nós estávamos comentando – é um princípio de um começo de uma modificação numa área que estava e está se deteriorando em alguns pontos, em aspectos críticos –, precisa mais de segurança, de mobilidade urbana, de valorização da família, do cidadão que gosta do Centro, que tem a cultura Centro, do trabalho, do divertimento, do negócio. Então, o Centro é esse tambor; por lá passavam, em média, nos bons momentos, lembro bem, de 300 a 400 mil pessoas, daqui da orla até a rodoviária. Hoje, acredito que passam já mais de 200 mil pessoas; portanto, é o nosso tambor de movimento, de negócio, de compras. E por que não de lazer do nosso Centro Histórico.

Quero também, para concluir, dizer que vamos votar, se Deus quiser, em seguida, a questão das isenções da passagem de ônibus – são 14. Acredito que nós vamos reduzir! Recebi os alunos ali, há pouco, da união estudantil – gostei do papo da gurizada; a gurizada, conversando conosco há muito tempo, entendeu que o que é bom na vida é conseguir o possível, não o impossível, não brigar contra a lógica; sim, acordar. E acordou com o governo, fica bom para os estudantes, foi isso que eles me disseram – fico muito feliz, pois a gente vinha dialogando. Há algumas emendas que não dá para passar porque quebram o estilo do projeto, que tem maioria nesta Casa. Então, não basta ser contra, tem que coordenar, tem que elaborar, tem que acordar para que possam buscar aquilo que é possível. E eu gostei da gurizada porque a gurizada

disse: "Nós dialogamos até o final; se passar algumas emendas de alguns vereadores, fica melhor ainda, mas já está muito bom." Foi isso que eu observei, foi isso, Presidente e líder do Governo, Cecchim, a gurizada conversou, negociou, acordou; portanto, é aquele projeto que mais ou menos achamos que sai daqui com um potencial enorme de acordo, de sensibilidade, de harmonia, buscando, é claro, uma coisa que dê uma mobilidade urbana mais rápida, que baixe o preço da passagem, porque quem paga a passagem é o pobre, aquele que é rico tem que pagar a passagem, tem que pagar, tem que financiar o mais pobre, aquele que trabalha, que tem que se locomover. É nesse sentido que tem que chegar a um acordo; tenho certeza de que vamos sair daqui com um bom acordo, com uma possibilidade de futuro, que hoje, depois da pandemia, ficamos sem rumo. Eu tenho certeza de que nós vamos achar o rumo com algumas isenções e outras, acordos, principalmente com os alunos. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas, Presidente dos trabalhos, todos que nos assistem pela TVCâmara; hoje utilizo esse espaço de Comunicações, inicialmente, Ver.^a Karen, para saudar a última semana em que nós tivemos aqui uma sessão lotada, com galerias lotadas. Pela primeira vez, neste ano, nós cinco da bancada negra organizamos esse movimento, em conjunto com o Presidente Márcio Bins Ely, e aproveito a oportunidade para agradecer a abertura e a sensibilidade pela necessidade desse espaço – as galerias estavam lotadas por um povo preto, que se mobilizou porque compreende a importância dessa representação, principalmente no mês de novembro, quando cinco jovens negros estão ocupando as cadeiras na Câmara de Vereadores. E por que inicio com essa fala? Porque, num período tão duro, tão hostil ao povo preto, em que a gente vê, através de dados... É isso, os números não mentem, nós temos destinado para o povo preto, para políticas para o povo preto, R\$ 11 mil mensais. É isso que o Município destina para esse povo, esse mesmo povo que vem sofrendo com o desemprego, e aí a gente tem aqui, bem determinado, esse número: em 2020, segundo o IBGE, a taxa de desemprego para não negros era de 11,5%, já para os negros era de 16%. Isso demonstra a distância e o impacto, isso impacta na condição de vida, nessa construção real daquilo que a gente fala da vida dessa população. E trago isso porque, ainda no mês da Consciência Negra, a gente falando sobre esses valores que são investidos, R\$ 11 mil, novamente vou trazer isso à tona, falando sobre a importância dos espaços, de fomentar o investimento para essa população negra, alguns dos nossos colegas falam que todo mundo é igual, falam em consciência coletiva e que isso não tem diferença, o que definitivamente nem é crível num debate como este. A gente está falando da desigualdade no acesso à saúde, à

educação, à vacina; a gente está falando do rompante de violência, a gente está falando de toda uma desestrutura de uma conjuntura que não consegue dar conta da realidade desse povo. Isso é fundamental! Para além, também aproveito desse espaço para trazer aqui que, na última semana, no sábado, tivemos um ato, uma marcha gigantesca, falando sobre a vida do povo preto, falando sobre acesso, falando sobre saúde, falando sobre educação, falando sobre a importância de estarmos aqui, porque os jovens negros vivos produzem, quando têm oportunidade, eles obviamente saem dessas estatísticas violentas. Nessa marcha, nesse mesmo dia, a Prefeitura da cidade estava finalizando uma semana da Consciência Negra que se reduziu a dois dias. Só quero trazer aqui que essa mesma Prefeitura que tem, no início da sua gestão, cinco jovens negros nesta Casa, não nos convidou, nem para abertura e nem para o fechamento. Esse é o desrespeito, essa é a forma como tem tratado a população negra. Não me admira que tem investido somente R\$ 11 mil. O desrespeito é tamanho, é tão absurdo, Ver. Idenir Cecchim, que nós estávamos marchando ao lado; e, mesmo assim, não tivemos sequer um convite para isso. Isso não dialoga só com a realidade desta vereadora ou dos demais, isso dialoga com a realidade da população que nos colocou aqui e que ficou nos perguntando: "Por que vocês não estavam lá?" Não estávamos lá porque não fomos convidados – isso é importante deixar bem evidenciado aqui. No mais, poderíamos falar aqui da educação, da saúde, do racismo na pandemia, deste que é o Estado mais segregador, mas eu quero trazer, aqui, de forma até a finalizar, que a realidade é muito mais dura e que o racismo opera nessas estruturas, a ponto de que as pessoas se condicionam a naturalizá-lo, e ainda questioná-lo falando em meritocracia. Entendam que meritocracia é falácia daqueles que definitivamente não conseguem conceber que a realidade é muito mais dura e tem cor, ela está em espaços bem determinados. Quando nós nos posicionamos e falamos de quem nós somos, questionando essa estrutura, para que se possibilite outra realidade, para que se tenha um mínimo de respeito e responsabilidade com a população, é porque sabemos muito bem o que está acontecendo, é porque sabemos quais são as pessoas que, neste momento, não conseguem mais acessar à educação, aqueles dados da evasão escolar, que são pretos, as mulheres negras que estão desempregadas, a precarização do serviço que impacta diretamente em alguns corpos, e eles são negros! Neste mês da Consciência Negra, que se conscientizem de que não é somente em novembro que a gente olha para essas questões. E aqui temos cinco representantes do povo, que andam o ano inteiro, Ver.^a Mônica Leal, circulando nas comunidades, com muito respeito àquilo que nos foi destinado pela população de Porto Alegre, com voto, legitimando as nossas chegadas aqui. Nós fazemos esse movimento de trazer aqui para esta Casa e tensionar para que políticas públicas sejam efetivas. Não adianta fazer homenagem – e na última semana nós vimos isso aqui, vereadores falando da importância, que todo mundo é igual, mas quando tem alguma votação específica para essa população, colocam-se contrários. Atentem-se a isso! É exatamente disso que nós estamos falando. E finalizo, Ver. Cecchim, dizendo que nós protocolamos um projeto para que, em todos os instrumentos, todos, do Município, seja incluso o quesito raça/cor, porque somente com dados haverá política pública que dialogue com essa realidade. É preciso, porque, caso

contrário, desqualificam as nossas existências e dizem que não há necessidade, e, obviamente, destinam R\$ 11 mil para políticas para o povo preto. Se não têm dados, qualquer coisa que vem, acham que nós vamos aceitar – desrespeito, muito desrespeito com um povo que não parou e que, na pandemia, sofreu ainda mais. É isso, para concluir, porque definitivamente, Ver. Idenir Cecchim, a gente tem visto qual é o tom da hostilidade nesses espaços, racismo estrutural, e aqui não é diferente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, boa tarde público de Porto Alegre que nos assiste; hoje eu gostaria de falar sobre alguns temas que aparentemente são desconexos, mas que têm ligação direta. O primeiro, por óbvio, é essa situação, envolvendo o fim das isenções e o ataque aos estudantes e trabalhadores que a Prefeitura de Porto Alegre tem feito, a partir de um discurso de redução do valor da passagem, a partir de uma lógica que se utiliza daquele discurso falacioso de que tirando dos que têm menos vai resultar numa melhoria para toda a sociedade, é apresentado esse projeto, mais uma vez, aqui, na nossa Casa. E nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, da oposição, lutaremos contra esse projeto racista, esse projeto que ataca os trabalhadores, os desempregados, que agora são em número absurdo graças ao governo Bolsonaro. Estamos juntos com todos os trabalhadores, estudantes, todos aqueles que estão aqui, nesta Casa, fazendo esse debate.

Esse projeto também não está descolado do projeto da privatização dos Correios e Telégrafos. Parecem dois assuntos desconexos, mas, mais uma vez, eu vou reforçar que estão juntos na mesma pauta de destruição dos serviços básicos, do estado de bem-estar social, do acesso que essas pessoas têm aos serviços públicos e serviços módicos, como prestam os Correios. Os Correios são responsáveis por entregar as provas do ENEM. Para quem fez o ENEM, agora, no domingo, saibam que as suas provas foram entregues pelos Correios. As urnas eletrônicas, as vacinas, os medicamentos, tudo isso passa pelos Correios, que são superavitários, que dão lucro. A Empresa de Correios e Telégrafos é lucrativa. Neste ano, o lucro estimado é de R\$ 1 bilhão – eu não falei errado, é R\$ 1 bilhão, com “b”. Qual é o objetivo da venda dessa importante empresa, que faz com que regiões distantes do nosso País tenham acesso a serviços básicos? Cálculos dão conta que apenas 600 agências dos Correios são lucrativas, as outras 5 mil não dão lucro, mas prestam um serviço essencial, e, mesmo assim, essa empresa é lucrativa, superavitária. Nós estamos juntos com os trabalhadores dos Correios. Nós estamos juntos com o serviço público e contra essa onda neoliberal que ataca os estudantes e trabalhadores do transporte público, que ataca os profissionais dos Correios, todos os servidores e servidoras, todos os trabalhadores, trabalhadoras e todos os aposentados, porque isso também tem um impacto direto.

Aqui, em relação ao transporte público, temos um ataque, inclusive, aos fiscais da EPTC, aqueles que justamente vão fiscalizar como o serviço tem sido prestado, aqueles que têm que se deslocar nesta cidade o tempo inteiro e agora também não poderão usufruir desse direito básico que têm, principalmente pelo seu trabalho. Estamos juntos também com os profissionais da EPTC contra esse projeto da Prefeitura, contra a privatização dos Correios, ao lado de todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Queria também aqui deixar, para encerrar, um abraço aos moradores do Morro São Caetano, que vieram aqui debater a privatização das ruas, com cancelas, um projeto que está tramitando nesta Casa, pode ser votado hoje, e que vai impedir que a população tenha acesso a praças em diversos locais, a privatização de espaços públicos e a possível milicianização da segurança, porque pra ter acesso a determinadas regiões tem que se pagar para uma empresa que, muitas vezes, é formada por policiais da ativa, ou aposentados, e é um projeto que está passando aqui, nesta Casa. Então, fique atenta, população de Porto Alegre, porque, em todas as frentes, nós temos ataques contra o serviço público e contra a população que mais precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Idenir Cecchim, meus caros colegas, utilizo este tempo de Comunicações, por falar em privatização e povo que mais precisa, como disse aqui o colega Leonel Radde, a nossa Câmara de Vereadores terá uma importante reunião amanhã, às 13h30min, no plenário Ana Terra, para tratar sobre o processo de regularização de energia elétrica nas comunidades vulneráveis da nossa cidade. Nós temos cerca de 700 comunidades irregulares em Porto Alegre, e todas elas, ou a maior parte delas com a situação de sua energia elétrica irregular. São comunidades que já estão consolidadas, muitas delas há 20, 30, 40 anos e que as pessoas não têm ali a oportunidade nem de ter um programa social para pagar uma tarifa social, ou, muitas vezes, acabam tendo uma rede de energia completamente precária, não conseguindo ligar os seus eletrodomésticos, sofrendo riscos de incêndio e colocando o seu patrimônio e a própria vida em risco. E, ao longo dos anos, ao longo das décadas, a CEEE, sendo uma companhia estatal, teve uma dificuldade muito grande de fazer essa regularização, e não por falta de recursos, mas, sim, devido a burocracia da máquina pública brasileira, que não é uma prerrogativa do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, mas sim de todo o nosso País. Burocracia essa que impedia, muitas vezes, que o gestor da companhia fizesse uma intervenção à regularização, à instalação de postes, de redes de energia numa comunidade regular, porque, se assim o fizesse, poderia depois responder aos órgãos de controle, como ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, com o seu próprio CPF. Deixando bem claro, se o gestor da companhia fosse lá e fizesse a regularização, ou colocasse ali um investimento público

de uma companhia estatal, acabaria sendo penalizado pelos órgãos de controle, como o Ministério Público e Tribunal de Contas, por ter feito isso numa área irregular. Problema esse, burocracia essa que não acontece agora com a CEEE tendo sido adquirida pelo Grupo Equatorial, que está fazendo um grande processo de regularização da energia elétrica nas comunidades de Porto Alegre. E a Câmara de Vereadores precisa e deve ser protagonista também desse processo, conhecer como se dará esse processo, esse cronograma de investimento, quais serão os critérios adotados pelo Grupo Equatorial que adquiriu a CEEE para fazer essa regularização nas comunidades mais necessitadas. E a gente reforça o convite aqui para que todos os vereadores participem, amanhã, desse importante momento, esclareçam as dúvidas, façam suas sugestões, suas contribuições para que esse processo realmente seja exitoso, que fique aqui provado que a privatização bem-feita da CEEE beneficiará diretamente a população mais pobre da nossa cidade. Então, fica o convite aqui a todos para amanhã, às 13h30min, com a diretoria do Grupo Equatorial CEEE aqui, no Plenário Ana Terra, para que nós possamos fazer essa discussão, aprender com eles e também contribuir, colaborar com as nossas sugestões. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, subo a esta tribuna para fazer a discussão sobre os projetos de mobilidade urbana para a nossa capital que seguem sendo apresentados aqui dentro desta instância. Porto Alegre retrocedeu 20 anos no seu projeto de mobilidade na pandemia. Nós não conseguimos ter força e nem consciência por parte dos vereadores desta Casa, de organizar processos, de fato, democráticos e que qualificassem o transporte da nossa cidade. Nós ainda estamos, nas nossas comunidades, sem os articulados, não retornaram; também não retornaram os últimos horários dos ônibus que trazem a nossa classe trabalhadora, sobretudo nos finais de semana. Sábado e domingo o povo trabalha, e é um inferno, porque tu ficas horas na parada e não tem transporte coletivo decente para carregar o nosso povo, e não tem perspectiva, porque a demanda é baixa, as pessoas voltaram a andar a pé. Isso diz muito sobre esses projetos econômicos que tiram possibilidade do estudante, do professor, professor da rede estadual que está há oito anos sem reposição inflacionária, que está ficando mais pobre, tendo que manter a mesma carga horária, e a crise econômica, o custo de vida consumindo os salários dessa categoria. Os estudantes, que a gente sabe muito bem o que significam na prática os critérios socioeconômicos, basta olhar para Universidade Federal do Rio Grande do Sul a quantidade de estudante que não consegue comprovar que é pobre, e nesse sentido perde o direito ao meio passe estudantil, isso vai ter um desdobramento também na evasão.

Os fiscais da EPTC, que minimamente garantem para nós uma contrapartida, aquilo que os empresários de ônibus nos trazem nas reuniões com o

Ministério Público, porque nós fiscalizamos, e as empresas sempre trazem para nós um cenário de que está tudo lindo, está tudo às mil maravilhas. É importantíssimo a gente ter essa fiscalização tanto por parte da população, quanto por parte desses trabalhadores. Quero reiterar que as empresas de ônibus, desde que passou a valer o edital de licitação, nunca, um dia sequer respeitaram os contratos, violam os contratos com o poder público cotidianamente, com o aval desta Câmara dos Vereadores, que segue permitindo isenções de ISSQN, que segue fazendo vistas grossas para uma dívida ajuizada de R\$ 60 milhões da Câmara de Composição Tarifária, valor que deveria ser revertido para qualificar o nosso transporte. Essa dívida está ajuizada, vai saber quando esse recurso vai voltar para os cofres públicos, que se nega a cobrar; e também tem sentença judicial sobre isso, que a Prefeitura tem a obrigação de assumir a gestão tarifária para que, de fato, consiga ter dimensão da crise do setor e também isso vem sendo descumprido nos últimos dois meses, a Prefeitura não assumiu ainda, essa gestão já extrapolou o prazo da decisão judicial. Então é dessas pilantragens que nós estamos falando. E aí vir aqui com um projeto negociado, que fragmenta a luta dos trabalhadores e dos estudantes, é uma grande de uma sacanagem, porque, de fundo, não vai qualificar o nosso transporte. De fundo, é tentar resolver a crise dos empresários que estão deixando de lucrar, e sempre lucraram muito com esses serviços, e fazem chantagem com a população, tiram o direito dos trabalhadores, desqualificam o nosso transporte e a Prefeitura e o Legislativo ficam refém, ficam de joelho de uma máfia que nunca teve preocupação em discutir a fundo a sua crise, porque não quer abrir mão dos seus privilégios. Então, por mais que tenha havido negociações e conversa com segmentos que vão ser impactados por esse transporte, de novo, estamos abrindo mão de fazer uma discussão funda e séria sobre a situação da mobilidade na nossa cidade. Vamos tampar um buraco aqui, mas outro muito maior está sendo cavado. Enquanto a gente não conseguir enfrentar isso, a crise vai desempregar ainda mais rodoviários, as nossas comunidades vão ter que andar cada vez mais a pé, ou parar de se locomover como os idosos, como os cadeirantes lá da Ponta Grossa, da Mariante, da comunidade da Vila Mapa, que não conseguem se locomover nem para acessar às instituições públicas porque não há mais os articulados.

E gradualmente, podem ter certeza, vai vir projeto de novo para retirar o meio passe estudantil. Vai vir de novo, porque neste modelo de Estado, de estrutura econômica, eles não querem que os jovens da periferia acessem à educação, o próprio Ministro da Educação já colocou isto para nós: “Da forma com que a economia do Brasil se estabelece, não precisa universidade pública, não precisa de educação pública, porque vocês, nessa perspectiva de estado mínimo, são força de trabalho barata, tem que servir, tem que atender, tem que limpar e, para isso, mal e mal saber somar e dividir”.

Então não vamos nos enganar com essas negociações que acontecem aqui, que fragmentam a nossa luta, tira de uma categoria e ameniza para determinado segmento, sendo que a gente sabe que, em última instância, o projeto de mobilidade para a nossa capital não está sendo discutido e isso é um compromisso nosso, de quem usa o transporte, não dessa galera que está aqui, que está muito bem assessorada, com seus veículos, com seus motoristas. Era esse recado que eu queria deixar hoje.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Karen Santos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria anunciar a presença da vereadora de Veranópolis, Adriane Maria Parisi.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Idenir Cecchim, com todo respeito, há uma mulher presidindo, eu quero fazer este anúncio: seja muito bem-vinda à Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, Ver.^a Adriane Maria Parisi, do Município de Veranópolis,

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Mônica Leal, que preside a Casa neste momento, vereadoras e vereadores, público que nos assiste, a votação marcada para hoje do chamado projeto das isenções nos remete a algumas reflexões extremamente importantes, boa parte delas inclusive colocadas aqui pelas pessoas que nos dão a honra de estarem presentes e trazendo as suas mensagens. Veja bem, Presidente em exercício, as circunstâncias que nos traz à tribuna é exatamente essa de colocar que não é crível que alguém possa embarcar nesse discurso de que o fim de algumas isenções específicas no transporte coletivo ou a não concessão de algumas terá impactos significativos na tarifa do transporte coletivo. É falso isso, é totalmente falso. Eu digo com experiência de que teve nove ações judiciais, nove, questionando exatamente o preço da tarifa de ônibus e a primeira ação a ter sucesso, no Brasil, em 2013, reduzindo esse valor tarifário. O que impacta, minha companheira Neiva Lazzarotto, minha companheira Tere, companheiras e companheiros, o que impacta a tarifa, eu dizia há pouco para vocês, é a tal da frota reserva fictícia e a taxa de lucro dos empresários. Isso impacta a tarifa de ônibus. Não podemos admitir, por exemplo, que as trabalhadoras e os trabalhadores fiscais de trânsito não possam ter a sua isenção no transporte coletivo porque isso é da essência do trabalho dos fiscais, é da essência. Quantas vezes, no percurso, o próprio fiscal toma conhecimento de um acidente e atende na hora? Ou de uma outra emergência? É o fiscal do trânsito que faz esse trabalho, Azeredo, é fiscal que realiza essa atividade essencial à sociedade. E por sinal tem que ser respeitado enquanto tal porque o trabalho dos fiscais é fundamental para todos nós, é a representação do Estado em sentido amplo, é a representação da civilização no trânsito que interessa à vida de cada uma e de cada um de nós. Da mesma maneira, as professoras e professores da rede municipal, da rede estadual, assim como os funcionários também, lembrava Vivi há pouco, querida companheira, os servidores das escolas, as servidoras, funcionários de escolas públicas. Por que retirar um direito, ou não conceder um direito, ou absurdamente deixar alguém sem a metade da isenção que tinha e ainda sem vale-transporte já amassado por arrocho salarial? Nós temos uma conjugação das piores forças que se unem para prejudicar as trabalhadoras e os

trabalhadores; é o governo Bolsonaro com a sua política fascista, é o governo Leite com arrocho salarial e é o governo Melo neste momento com o fim das isenções, e tudo prejudicando a classe trabalhadora, sempre as trabalhadoras e os trabalhadores do setor privado e do setor público. O caso das professoras, dos professores, funcionários de escola é emblemático, nós não temos condições absolutas de garantir sequer a efetividade do trabalho de pessoas que necessitam, sim, dessa isenção. É o caso, meu caro Bira, dos bombeiros; os bombeiros também necessitam, para nós, assim como o Tri escolar, evidente. Eu gosto desse cartaz: "o Tri escolar fica e Melo sai". Eu gosto desse cartaz, porque ele representa uma necessidade urgente, é uma forma alegre de mostrar algo que é muito triste. Essa isenção, vereadoras e vereadores, essas isenções retiradas ou não concedidas são, na verdade, uma crueldade porque não há retorno. Podem apostar nisso. Vocês não verão um único centavo de redução tarifária em função do que vai ocorrer no dia de hoje, nós sabemos das dificuldades que temos para provar nossas emendas, mas nós lutaremos cada segundo, como temos lutado, em cada momento, convencendo vereadora, vereadores a aprovaram essas emendas. Eu concluo, Presidente, dizendo que elas não descaracterizam o projeto, pelo contrário, elas aprimoram o projeto. Essa visão que o Executivo tem é uma visão equivocada, a visão de que ele sabe e o Parlamento apenas homologa ou não. Nós não somos instância de homologação, nós somos instâncias de deliberação, de decisão. Então, fiscais, professoras, professores e estudantes, saibam que a nossa luta é permanente, continua e vocês têm razão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa presidente em exercício, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão, nesta tarde, no dia em que está na Ordem do Dia projeto de lei sobre as isenções no transporte público de Porto Alegre, e muitos estudantes, cidadãos e cidadãs, estão acompanhando a nossa sessão. A fala da nossa bancada, do PT, Vereadores Leonel Radde, Jonas Reis, Laura Sito, tem, sim, uma posição que é conhecida dos cidadão, das cidadãs, dos estudantes, que é pela manutenção do Tri escolar, com certeza, pela manutenção das isenções que ora vem, de uma certa forma, possibilitando cidadãos e cidadãs que precisam do transporte público chegar a uma consulta médica, e não é só o idoso, não é só a pessoa com deficiência, não é assim uma pessoa que é portadora do DST/Aids, e tantos outros cidadãos que ao longo de uma história de vida construíram aqui na Câmara e nos governos que tiveram essa possibilidade de isenções ou do meio passe. Portanto o governo Marchezan ali atrás e o atual governo Melo dialogam com o grande empresariado. E não foi diferente a continuidade da política, Ver. Pedro Ruas, do governo atual, que foi nosso colega vereador, temos estima pelo prefeito, mas que infelizmente, na política, o atual prefeito ainda não de

dialogou suficiente para poder atender ao segmento da sociedade menos aquinhoada e que tem um poder aquisitivo menor do que os grandes empresários. Porto Alegre se divide muito, não adianta conversar só com o grande empresariado quando fala, por exemplo, das concessionárias de transporte público ou quando fala, por exemplo, do plano diretor fatiado na revitalização do Centro da cidade. Nós temos que olhar a cidade como um todo, não dá para imaginar que as mais de 700 vilas da cidade de Porto Alegre, onde tem mais de 500 demandas de regularização fundiária não tenham um tratamento diferenciado. Nós precisamos lutar pelos mais pobres, nós precisamos lutar por aqueles que possam ter mais acesso na educação infantil, no saneamento básico lá na sua comunidade, nos programas de habitação popular Minha Casa Minha Vida, e assim por diante. Nós percebemos que neste projeto das isenções tem uma demanda muito pontual aqui dos estudantes e, por isso, em nome de nossa bancada, nós queremos reforçar que nós vamos aqui defender, sim, as emendas que apresentamos para manter o Tri escolar e para manter o número significativo das isenções que é de extrema importância. Volta-se à normalidade, o empresariado ou as concessionárias voltam a ganhar muito dinheiro no transporte público, e ainda o governo pode pensar, imaginar que a Carris, por exemplo, não é mais importante; é mais que importante, mas nesse tempo, depois que aprovada, por exemplo, a extinção da Carris, o governo aportou mais 60 milhões de reais, porque não aportou antes para poder sanear a Carris? Tem coisas que a gente não entende, e é por isso que nós queremos, sim, manter o Tri, manter o transporte escolar e dar mais dignidade aos estudantes, independentemente de seu nível na sociedade ou do seu corte de renda. Um forte abraço em nome da nossa bancada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu já falei sobre este tema de maneira exaustiva, queria só repetir para quem não teve oportunidade de acompanhar. A pergunta que eu gosto de fazer neste tema é quem paga a isenção do isento? A pessoa que anda de graça no transporte público é custeada por quem? Hoje é custeada...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR JESSÉ SANGALI (Cidadania): Eu não uso gasolina, colega, não uso gasolina. Na verdade, eu abri mão de 100% da verba de Gabinete aqui na Câmara de Vereadores, inclusive doo 50% do meu salário de vereador aqui da Câmara de Vereadores. Se o senhor permitir que eu faça a explanação daquilo que vim colocar aqui, talvez o senhor consiga entender a que estou tentando me referir. O que eu estava falando é que a isenção da pessoa que anda de graça no ônibus hoje é bancada por quem? Pela pessoa que não tem direito à isenção, mas que anda de ônibus do lado

daquela pessoa que tem direito à isenção. Então hoje nós temos estudantes, algumas vezes, filhos de pessoas com poder aquisitivo, andando com 50% de isenção subsidiada não pelo Estado que diz que ele tem direito a 50% de isenção, mas, sim, pelo trabalhador que não cumpre nenhum dos requisitos de direito à isenção. Então hoje nós temos um sistema onde o pobre financia o pobre, na melhor das hipóteses, ou o pobre financia o filho do rico numa hipótese um pouco realista. Esse é um dos aspectos que eu queria colocar aqui. Hoje a isenção não é bancada por aquele que diz que a pessoa tem direito à isenção; a isenção é bancada pelo pobre que sustenta a própria passagem, e a passagem que o Estado disse que a pessoa tem direito à isenção. Vou dar um exemplo, hoje o Município de Porto Alegre tem algumas isenções que são dadas pelo Executivo, figura do prefeito, e pela Câmara de Vereadores, ele aponta a fonte de financiamento para essas isenções? Não. Ou seja, ele faz demagogia com o dinheiro dos pobres que pegam o ônibus, mas que não têm direito à isenção. Se nós fossemos honestos de verdade, nós diríamos que as pessoas têm direito à isenção e apontaríamos uma fonte de financiamento, para que pessoa que está andando de graça não onerasse a passagem da pessoa que não tem direito à isenção. Esse é um aspecto. E é nesse sentido que o projeto está sendo apresentado aqui na Câmara de Vereadores. Não sei se os senhores sabem, mas os estudantes do ensino fundamental hoje pagam 50% da passagem do transporte público na cidade de Porto Alegre. Vão passar a andar de graça na cidade de Porto Alegre aqueles que têm um corte de renda de R\$ 1.600,00 per capita. Se tiver uma família com pai e mãe e um filho, R\$ 4.800,00 é o valor da renda familiar a que a criança do nível fundamental vai ter direito a andar de graça na cidade de Porto Alegre. Eu não sei se foi falado isso para os senhores, mas isso nunca aconteceu na cidade de Porto Alegre. Qual a única diferença? É que agora está se encontrando uma fonte de financiamento para custear essa isenção dessa criança que vai andar de graça, antigamente andava com 50% de isenção, mas onerando os outros usuários que não tinham direito à isenção. Então, diferente do que estava acontecendo até hoje, hoje nós estamos dizendo que as pessoas têm direito à isenção, mas estamos encontrando uma fonte de financiamento para bancar a isenção dessa pessoa, para que a isenção dela não onere os outros usuários. Isso se estende a 75% para as pessoas de nível médio que não seria uma obrigação do Município de Porto Alegre, mas o Município de Porto Alegre, entendendo a sua importância no deslocamento dos estudantes, está subsidiando também a passagem dos estudantes que são do nível médio e 50% para as famílias com essa renda aí de R\$ 1.600,00 per capita para nível superior. Esse é um aspecto, a questão da responsabilidade na concessão de isenções. E tenho orgulho de falar que fui eu que levei essa ideia para o governo Melo, que permitiu que hoje as crianças do nível fundamental possam andar de graça no transporte público de Porto Alegre. Eu não sei se vocês escutaram, mas hoje os estudantes do nível fundamental vão andar de graça no transporte público de Porto Alegre. Com uma diferença, eles não estarão onerando os outros passageiros, a Prefeitura de Porto Alegre vai comprar o cartão Tri, vai bancar o cartão Tri do estudante, e ele vai poder se deslocar em direção ao seu colégio. A pessoa da plateia me perguntou com relação aos professores, com relação à questão do transporte. Vou responder para o senhor. Quem é o responsável por bancar a passagem

do seu empregado? O empregador. Não é o outro passageiro que tem que bancar a passagem do professor, do guarda municipal, de qualquer outra categoria. Quem tem que bancar essa passagem é o empregador. Então como um seguidor das leis trabalhistas do Brasil, tenho certeza de que o Município de Porto Alegre vai bancar a passagem dos seus professores para se deslocarem em Porto Alegre, vai bancar a passagem dos guardas municipais para se dirigirem aos seus trabalhos e também vai bancar a passagem dos guardas municipais para endereçar os seus trabalhos e também vai bancar a passagem dos agentes de fiscalização de trânsito, porque, vocês, como empregados do Estado, têm o direito, como trabalhadores, de ter a passagem bancada pelo empregador. Essa era a minha colocação, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Vereador Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras e vereadores, eu não ia me manifestar até a votação, mas aqui é impossível, algumas coisas têm que ser esclarecidas. Eu falei antes, eu tive nove processos, fui advogado e parte nove vezes, discutindo a tarifa de ônibus, e tivemos a primeira vitória do Brasil, em 2013, no dia 4 de abril. E o que eu descobri, através de um trabalho extraordinário do Tribunal de Contas, do Ministério Público do Tribunal de Contas, eu conto para vocês. Naquele tempo, em 2013, vejam só o que é realmente o custo tarifário do transporte coletivo. Vejam só, os empresários colocavam, a ATP colocava, dentro todo custo tarifário, o valor da tal frota reserva, ou seja, somava para o curso tarifário o valor de um pneu que nunca rodou, de um banco onde ninguém sentou, de uma carroceria aqui nunca pegou uma chuva. Ao lado disso, a taxa de lucro era exorbitante, dos empresários, empresários que não tinham nem mesmo uma licitação, empresários que tratam a empresa - que é uma concessão pública - como patrimônio seu. Vendem, entre si, empresas. Pasmem! Entram até em inventários, uma concessão pública em inventário. Pois com tudo isso, nós conseguimos demonstrar que o preço da tarifa era absurdamente inflado e não tem nada a ver com isenções, nada a ver com as isenções. Isso é pura crueldade. Eu descobri depois algo extraordinário. Naquele tempo, em 2013, eu descobri a frota reserva que era virtual, ou seja, ela estava ali para ser chamada, caso precisasse, e quase nunca era. Mas o que eu descobri em 2015 foi muito pior: a frota reserva não existia, ela era realmente só virtual, ela não existia fisicamente, era impossível tocar no ônibus, ele não existia, só dava para ver no computador, ele não existia e estava no curso da tarifa! Estava no custo da tarifa! Esse é o grande dado! É assim que se compõem as tarifas de ônibus em Porto Alegre, há mais de 60 anos, à vontade dos empresários, que o Comtu sempre dá de acordo, concorda sempre, e o prefeito sanciona. Isso é a história da tarifa de ônibus em Porto Alegre, não se relaciona com isenções, isso é uma ilusão, não tem qualquer relação com as isenções. Imaginem, as isenções não pesam em nada e é uma obrigação do Estado, da sociedade, nossa, de

manter essas intenções. No projeto original - foi corrigido, quero fazer justiça, foi corrigido em boa medida, não no todo -, no projeto original tiravam o valor, tiravam a isenção do portador do HIV. Mas como a pessoa ia fazer o tratamento? No substitutivo está modificado, mas ainda tem que corrigir, tem uma emenda para a correção, ainda tem que corrigir, porque não é apenas atendimento na rede municipal como está ali no substantivo, tem que ser o atendimento em toda a rede. Então, quando nós falamos em custo tarifário, não caiam no canto da sereia, que até é um conto da sereia, no caso aqui, é um conto da Carochinha de que as isenções eventuais que vão ser retiradas ou não serão concedidas vão ter importância. Não tem nenhuma, além disso é obrigação, sim, é obrigação do Estado, no caso, do Município, conceder essas isenções. E a origem e a fonte da receita? Vamos tributar mais um pouco. A todo momento aqui, nós voltamos isenções de tributo, a todo momento, sempre o setor empresarial, sempre o setor forte, sempre votamos isenções tarifárias. Há poucos dias discutíamos aqui e vai ser votado logo a seguir a forma de pagamento de tributo, através da dação de coisas. Bom, essa dação de coisas originou o escândalo da Habitasul que devia R\$ 33 milhões e entregou o imóvel que valia R\$ 20 milhões. Ali, sim, está a origem dos recursos para poder financiar as isenções que precisamos. Ali, sim, é que deve ser modificado. Repito: vocês têm razão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não havendo mais inscritos, peço ao diretor que proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 17h50min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do vereador Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, e do vereador Leonel Radde, ao PLCL nº 030/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 030/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 07, de autoria da vereadora Cláudia Araújo, Líder da Bancada do PSD, ao PLCE nº 029/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 029/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nº 08 e nº 09, de autoria do vereador Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, dos vereadores Roberto Robaina, Pedro Ruas, Jonas Reis, Leonel Radde e Matheus Gomes e das vereadoras Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos e Laura Sito, ao PLCE nº 029/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLCE nº 029/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLCE nº 029/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 10 e 11, de autoria do vereador Roberto Robaina, Líder da Bancada do PSOL, dos vereadores Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Jonas Reis, Leonel Radde e Matheus Gomes e das vereadoras Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos e Laura Sito, ao PLCE nº 029/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação os requerimentos solicitando a dispensa do envio das Emenda nº 10 e nº 11 ao PLCE nº 029/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do vereador Pedro Ruas, Líder da Bancada do PSOL, e do vereador Leonel Radde, ao PLL nº 043/21. (*Errata: Emenda nº 10 ao PLE nº 043/21, em 24/11/2021, na 115ª Sessão Ordinária.*)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02, ao PLL nº 043/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam

como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Errata: Emenda nº 10 ao PLE nº 043/21, em 24/11/2021, na 115ª Sessão Ordinária.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 ao PLL nº 043/21. (Errata: Emenda nº 10 ao PLE nº 043/21, em 24/11/2021, na 115ª Sessão Ordinária.)

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 03, ao PLE nº 043/21, à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 04, ao PLE nº 043/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01; e a Emenda nº 05 ao PLE nº 043/21, ambas de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Leonel Radde e da Ver.^a Laura Sito.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 043/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLE nº 043/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 e para a Emenda nº 05 ao PLE nº 043/21.

Apregooamos a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Pedro Ruas ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para Emenda nº 06 ao PLE nº 043/21.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLE nº 043/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 08 e 09, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 08 e 09 ao PLE nº 043/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Presidente, solicito a retirada de priorização do PLCL nº 030/21, porque ele necessita ainda da realização de uma audiência pública para que possa ser debatido.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Presidente Mônica, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 043/21, visto que foi contemplada na mensagem retificativa que veio de Executivo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1085/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 043/21, que consolida a legislação referente às isenções tarifárias do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e institui o Sistema de Isenções Tarifárias do Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre; inclui o art. 32-B na Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e o § 2º no art. 1º da Lei nº 10.996, de 7 de dezembro de 2010 e revoga a legislação pertinente. (SEI 118.00312/2021-20)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Pablo Melo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria, das Emendas nºs 01 e 02 e da Mensagem Retificativa nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 01 e 02 e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo;
- com Emenda nº 02, do Ver. Cassiá Carpes;
- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 113 da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 043/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver.^a Mônica, comandando os trabalhos; senhoras vereadoras e vereadores, começa aqui uma discussão, e depois encaminhamentos e depois votação. Acredito que hoje nós vamos discutir para, na próxima oportunidade, votar. É um debate bom, a cidade tem que enfrentar esse debate. Queiram ou não queiram, nós temos hoje 14 isenções, as quais eu vou citar aqui para que possa ficar bem claro: 1) passagem escolar dos alunos; 2) passagem escolar os professores; 3) idosos acima de 65 anos; 4) idosos entre 60 e 64 anos - em extinção gradativa a partir de 2019, portanto já vêm em extinção gradativa; 5) enfermidade; 6) deficiências físicas, mentais auditivas ou visuais e seus acompanhantes; 7) pessoas vivendo com o vírus da imunodeficiência humana - o HIV - e seus acompanhantes; 8) crianças e adolescentes vinculados a entidades assistenciais - FASE, etc. - e seus acompanhantes; 9) oficiais de Justiça; carteiros; 10) agentes de fiscalização da EPTC; 11) guardas municipais; 12) soldados da Brigada Militar; 13) soldados do Corpo de Bombeiros; 14) ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial. Então, é um debate

bom. É bom ter gente contra, ter gente a favor, para que nós possamos chegar no final com um consenso na votação. Depois da questão da pandemia, a mobilidade urbana mudou muito em todo o Brasil, em todo mundo. Antes, os ônibus carregavam um torno de um milhão de pessoas; hoje, acredito que não carreguem 400 mil pessoas. Portanto, o sistema se modificou todo, a mobilidade urbana tem que ser enfrentada, mas o mais importante aqui que nós temos que buscar é baixar esse preço da passagem. Porque quem anda de ônibus fortemente é o trabalhador, é aquele que tem necessidade. O outro tem que pagar para custear a esse sistema. E, naturalmente, aí a Prefeitura está dispendendo valores altíssimos, numa situação dramática que todos enfrentam. Não dá para tapar o sol com a peneira, é outra realidade. Eu acredito que nós vamos, com perde aqui, ganha ali, fazer um projeto de isenção mais enxuto, melhor qualificado e tenho certeza de que as discussões serão muito proveitosas, inclusive já houve modificações, como o próprio Pedro Ruas disse aqui da tribuna, que o governo recuou, mudou muitas coisas, acordou com os estudantes, acordou com algumas categorias. Então, já houve, sem dúvida, a sensibilidade do governo. Eu apresento aqui, por exemplo, a minha emenda é para manter os bombeiros. Não tem cabimento manter a isenção para a Brigada - nós gostamos da Brigada, já elogiamos, homenageamos hoje aqui - e não ser mantida para os Bombeiros, que são uma categoria menor e importante. Aquele dia em que houve aquele incêndio que matou dois bombeiros, lá perto da rodoviária, na Polícia Civil, os bombeiros andavam de ônibus, se não, não tinham chegado lá, com todo o seu sacrifício. Então, na realidade nós somos a favor dessa emenda de isentar os bombeiros, como é a Brigada, que já eram isentos. Nós pedimos a colaboração de todos, independentemente de ser oposição ou situação, porque, qual é a categoria mais importante no atendimento à sociedade e ao ser humano? Estou falando de atendimento...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Professor não se discute. Professor é *hors concours*. Esse não se discute. Estou falando daqueles que atendem nessas eventualidades de desastres. Vocês entenderam. É que vocês querem contrariar. Vocês trabalham onde?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Bom, desde às 13h vocês estão aqui. É brincadeira. Desde às 13h aqui. Então, na realidade, nós vamos votar...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, eu peço as galerias que respeitem o vereador que está na tribuna. Depois vocês se manifestam, por favor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Para concluir, Presidente. Para concluir, portanto, nós pedimos o apoio de todos...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, mantenham silêncio, sob pena de terem que se retirar. O vereador quer concluir. Por favor. Obrigada.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Então, nós pedimos o apoio de todos os vereadores para essa emenda que protege os bombeiros, que é uma das categorias melhor avaliada no país, no tratamento naqueles momentos de dificuldade do cidadão, de incêndio, catástrofe, etc. Quero deixar um abraço para vocês, porque vocês estão sempre aqui. Nos desastres, vocês estão sempre aqui! Quero deixar um abraço para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Os senhores e as senhoras respeitem o vereador que está na tribuna ou serão convidados a se retirar. Obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): É, vocês são trabalhadores que ao meio-dia estavam almoçando e às 13h estão aqui. Trabalham onde? Obrigado, Presidente. Eles não trabalham.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Mais uma vez, eu vou informar às galerias: os senhores e as senhoras, por favor, respeitem o vereador que utilizar a tribuna. Por favor! Se não, eu vou ter que pedir para os senhores deixarem as galerias.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mônica Leal, vereadoras e vereadores, com maior respeito ao Ver. Cassiá Carpes e a V. Exa., quando um vereador estabelece, da tribuna, um diálogo com a galeria, inclusive dizendo que não trabalham, é natural que as pessoas vão reagir; não têm ficar aqui sendo xingados. Não é possível! Não se admite isso! Então, é um absurdo! Ao direito nosso de estar aqui, corresponde o outro de estar ali.

Mas eu quero dizer que a emenda do Ver. Cassiá aqui está correta. A isenção para os bombeiros tem o nosso apoio. Agora, eu não sei qual é a diferença entre os bombeiros, os brigadianos e os fiscais de trânsito, por exemplo. Serviço essencial. Os professores, as professoras, os servidores de escola, funcionários de escola - qual é a diferença, Neiva? Qual é? O que está havendo, que eu não percebo? Porque nós vamos

votar na emenda do Ver. Cassiá, nós vamos aprovar essa emenda. Essa emenda tem nosso apoio, não é, Ver.^a Karen Santos? Agora, a gente tem que apoiar as demais. Porque o vereador conclui corretamente: o serviço essencial dos Bombeiros, Bira... E eu conheço trabalho do Bira, dos bombeiros há muitos anos. O Bira é o Presidente do Sindicato, está ali ele. É um companheiro, lutador de muitos anos. Bem, e vai ter o nosso apoio! Mas e as demais categorias profissionais? Para as demais categorias profissionais nós pedimos o voto também do Ver. Cassiá Carpes e das vereadoras e vereadores da situação. Porque como é que se escolhem categorias? Como funciona? Como é que é esse direito de escolher categorias? Como é que funciona isso? Como é que, na prática, ocorre isso? Nós entendemos que o poder público foi estabelecendo isenções ao longo dos anos por necessidade específica. Há categorias, vou falar dos professores e das professoras, que, por exemplo, sofrem um arrocho brutal - brutal! - salarial, todos sabem. Se pegar a realidade nacional, estadual e municipal, considerando a capital, nós sabemos o que é isso. Pois bem, por que essa categoria de professores das esferas diferentes não pode ter pelo menos uma meia isenção? Pelo menos 50% da tarifa isenta? Por que não? "Ah, mas então tem outros que precisam!" Eu sei, mas também merecem! Também merecem! Eu ouvi um argumento aqui com relação aos ex-pracinhas... Puxa vida, eu nasci em 56, eu estava dizendo ali, eu sou os mais velhos daqui da Câmara, nasci em 56. A guerra terminou em 45; para lutar na guerra, tinha que ter 18, 19, 20 anos. Essas pessoas, que são nove em Porto Alegre, são nove - informação que recebi agora -, elas vão perder a isenção? Elas pegaram em armas para lutar pelo Brasil, contra o nazismo e contra o fascismo. Vão ficar sem isenção, não merecem isenção de ônibus? Impacta em alguma coisa nove pessoas? Mas isso não é sério, não é sério.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Foi relacionado aqui, vereador; foi relacionado. Eu acho que nós deveríamos homenagear esses lutadores. Homenagear, e não retirar a isenção, e não criar problemas. Eles honraram o Brasil, não sei quantos pegaram em armas pelo país, eles fizeram isso, lá na 2ª Guerra Mundial. Poucos estão vivos, e esses poucos merecem essa homenagem. Quero dizer, presidente, que há emendas, como essa do Ver. Cassiá, que terão nosso apoio, claro que sim, a dos bombeiros merece, agora, nós queremos o tratamento isonômico. Por óbvio que os servidores de escola, funcionários de escolas, professoras, professores, fiscais do trânsito merecem. Aqueles estudantes que buscam o TRI e que querem a manutenção, que querem esse direito legítimo merecem o mesmo tratamento, a mesma isonomia, a mesma relação que é dada pelo poder público em relação aos bombeiros, em relação aos brigadianos; queremos a mesma relação, também, aos estudantes, professoras, professores, funcionários de escolas, fiscais de trânsito. Eu repito mais uma vez: nós vamos lutar por vocês, porque vocês têm razão. Obrigado

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde colega Mônica, que Preside a sessão, colegas vereadoras e colegas vereadores. Quero dar um abraço especial a quem está aqui, lutando por um direito: professores, fiscais da EPTC, estudantes. Eu acho que respeitar as Galerias, esse espaço democrático de diálogo, é fundamental. Isso é o mínimo que nós podemos ter aqui, no momento em que nós debatemos um projeto tão estruturante para cidade, mas que, de fato, apresenta, por parte do governo, alguns avanços, mas que mantém uma essência, uma essência que é a lógica que questiona o transporte público como um direito. É isso que nós estamos debatendo aqui. Para Prefeitura de Porto Alegre, o transporte é um tema apenas contábil, ele não é visto como um direito social. É por isso que, talvez, sobre vários temas, sobre várias categorias, a gente não consegue encontrar, de fato, um ponto razoável da discussão, porque nós temos uma diferença de concepção em relação ao tema do transporte público, que deve servir a quem mais precisa. O governo argumenta que as 14 isenções que temos são pagas pelos que mais precisam, são pagas pelos os pobres da cidade, mas só pega ônibus nessa cidade, só tem acesso a essa política de transporte, de fato, quem precisa; quem não precisa, não pega ônibus, em Porto Alegre, por vários motivos. Primeiro, por que os horários de ônibus, hoje, na cidade de Porto Alegre, são raríssimos. Eu estava, no sábado, saindo da zona norte da cidade, e uma amiga me ligou preocupada, porque seu esposo não chegava em casa no Sarandi. Já era tarde, ele trabalha como estoquista, num mercado, no bairro São Geraldo. Ela achou que alguma coisa tinha acontecido, porque ele não chegava em casa. Aí ele chegou em casa, horas depois, porque não tinha ônibus após o horário que fechava o mercado. Ele teve que ir do bairro São Geraldo até o bairro Sarandi a pé. Essa é a realidade de Porto Alegre; pega ônibus, em Porto Alegre, quem precisa. O debate que diz que tem gente que não precisa e pega o ônibus, utilizando-se de benefício, é um debate falso na cidade de Porto Alegre. O governo, inclusive, trata como se o tema das isenções fosse um grande problema para cidade de Porto Alegre, mas, ao longo de 2021, nós passamos, aqui nessa Câmara, debatendo diversas isenções para os ricos da cidade, não isenções para o povo trabalhador. Foi assim que nós debatemos o tema do IPTU; e eu meu orgulho de ter sido uma vereadora que votou contra a proposição do governo, porque ele só beneficiou - e ficou, inclusive, visível através de uma matéria do Sul 21 – ou majoritariamente beneficiou os bairros dos mais ricos da cidade, Sétimo Céu, Moinhos de Vento, Três Figueiras, dentre outros bairros. Assim foi, aqui na Câmara, quando nós debatemos o RecuperaPOA, assim foi quando nós debatemos tantas outras taxas. Enfim, fazer concessões, debater isenções, para quem mais precisa, essa Câmara faz como uma tranquilidade, mas quando nós fazemos um debate sobre o direito ao transporte, o direito à cidade, de fato, parece que os pobres são um problema da Cidade. Na verdade, o problema é “a serviço de quem está o poder público”; infelizmente, fica nítido, não é a serviço da classe trabalhadora desta cidade. Mais uma questão: fica nítido, ao longo debate, que nós não estamos encerrando o debate em relação ao transporte público,

tendo em vista que a opção tem sido nós fazermos um debate periférico ao tema do transporte, que tem um problema estrutural; isso é consenso na Casa. Só que a opção de atacar, através da liquidação dos direitos, através da liquidação do patrimônio público, é uma opção que não dá conta de debater os problemas do transporte. Qual é o impacto real, Ver. Pedro Ruas, sobre o preço da passagem? Qual o impacto real? Nós vamos fazer uma quantidade significativa de pessoas perderem direitos por um impacto irrisório ou inexistente no transporte. Aí nós vemos o tema dos professores e professoras que, muitas vezes, têm que chamar o Uber, porque no final do horário da escola não tem mais ônibus para poderem sair. Esses dias, fui até a Escola Oscar Pereira, na glória, e os professores me contaram que, ao sair do turno da noite, precisam chamar o Uber para descer do morro, porque não tem mais ônibus, às 11 horas e poucas, depois do horário que eles saem da escola. Só tem ônibus no sentido centro-bairro; bairro-centro não tem. Portanto, eles têm que pegar um Uber, para quem ganha já tão pouco, para ir até a Aparício Borges e poder ir em direção ao Centro. Assim é com servidores da EPTC, para os quais o direito à isenção está diretamente ligado à condição de conseguir prestar um serviço público de qualidade a uma empresa que é tão importante para a organização do sistema de transporte na nossa cidade. Entre tantos outros temas, temos a limitação do acesso de pessoas com deficiência, em Porto Alegre, ao transporte, comprometendo, porque ficou limitado o direito a sessenta passagens, a sua condição de fazer os tratamentos adequados. Nós temos um conjunto de temas, nesse debate, que, na verdade, questionam o transporte público como um direito social dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós temos apontamentos no sentido de que nós tivemos avanços no projeto, como em relação à população com HIV/Aids, ainda que compreendemos que nós precisamos avançar sobre as pessoas que tem o vírus HIV, para que elas possam ter tratamento adequado e não evoluir para um quadro de Aids. Portanto, nós também precisamos incluir esses setores do projeto. O que está posto aqui é que, ainda que com os avanços que nós tivemos, a lógica do transporte, com uma lógica de um debate contábil, uma lógica que não compreende o transporte como direito social, permanece, infelizmente, na nossa discussão.

(Não revisado pela oradora)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Obrigado, presidenta. Quero ler aqui o art. 6º, I, da Resolução de Mesa nº 574, de 2021, sobre a questão da Covid aqui na câmara: “as orientações pertinentes à higienização e a proteção individual e coletiva, divulgados pelo serviço de ambulatório, serão divulgados a todos servidores, sendo obrigatório: I - manter a boca e o nariz cobertos por máscara de proteção individual para circulação em todos os ambientes externos e internos da Câmara, bem como nos demais locais fechados em que haja reunião de pessoas”. É bom informar às vereadoras que

estão chegando na Casa, hoje, essa normativa, ainda mais que cuida da saúde pública, a gente tem de seguir normativas, respeitar a lei, é o que diz.

Sobre a situação do transporte público de Porto Alegre, nós temos a certeza de que o que está sendo votado aqui, em relação as isenções, não tem relação alguma com o real objetivo de melhorar o transporte público da capital. O objetivo é, simplesmente, trazer soluções populistas, de fácil reverberação nos meios de comunicação, para atacar os grupos que, de repente, na lógica da Prefeitura e da base governista, não rendem votos, que são, basicamente, os professores, os servidores públicos. Aqueles servidores que necessitam, por ventura, desse benefício das isenções têm como inimigos aqueles que se utilizam de um discurso fácil de que, agora, crianças não pagarão a passagem, de que estudantes, que têm até determinado nível salarial familiar, não vão precisar, mas, na verdade, a caixa preta do transporte público não é abordada, as planilhas, a bilhetagem e o novo modelo que poderia ser pensado não foram abordados; e a Carris foi entregue de mão beijada. E o objetivo da entrega da Carris, é bom lembrar aqui - não teve relação alguma com a entrega para a iniciativa privada essa companhia tão relevante, mas simplesmente, foi a de extinguir. E tudo indica que o processo, que está sendo levado pela prefeitura, é o de compartimentação e de entrega fragmentada dos patrimônios dessa empresa - dos prédios, dos ônibus. Se o objetivo da Prefeitura fosse a melhoria do transporte público, do transporte de passageiros, ela estaria preocupada, agora, em quem seria a próxima gestora da Carris, depois do que eles fizeram, que foi a destruição dessa companhia. Lembrando que temos aí um servidor da Carris fantasma. Bom, em algum lugar ele tem que ser fantasma, pois atua lá em Alvorada, como vereador, tem FG dentro da Carris e, ainda, recebe como servidor concursado. É um fenômeno, esse, o Daniel Bordim é um fenômeno. Ele consegue fazer *lives*, participar das sessões, das comissões, recebendo pela Câmara Municipal de Alvorada, recebe pela Carris e recebe, ainda, uma função gratificada, porque é assessor da chefia. Eu sempre imaginei que função gratificada seria para pessoas que teriam mais obrigações e teriam que ficar mais tempo na companhia. Pelo jeito não, pelo jeito é receber uma função gratificada da Prefeitura e atuar em Alvorada como vereador. Não sei como é que ele consegue essa agenda fantástica. Isso está sendo investigado, nesse momento, até pelo Ministério Público. E por incrível que pareça, tem gente defendendo ainda isso. Falam que a Carris era deficitária, que a Carris dava prejuízo, que tínhamos que extinguir a Carris, porque os servidores custavam muito. Está aí um caso que a Prefeitura é responsável. Então, fica muito claro que o objetivo real do que está sendo feito aqui, hoje, não é a melhoria do transporte; é o ódio pobres, é o ódio aos trabalhadores, é um projeto muito bem arquitetado e muito bem azeitado para favorecer as empresas que dominam o transporte público dessa capital e dominam, inclusive, o poder público da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, presidente, em exercício, Ver.^a Mônica Leal. Eu quero cumprimentar todas e todos, especialmente o público que nos assiste pela internet, pela TVCâmara, que acompanha a Sessão nas galerias. Vocês são os principais interessados nesse debate que, na nossa opinião, se trata de mais uma retirada de direitos sociais que essa Câmara de vereadores vai votar no ano de 2021. Infelizmente, foram recorrentes, ao longo desse ano, propostas que vem do Executivo e que não ajudam em nada os trabalhadores da nossa cidade a enfrentar esse momento de extrema dificuldade que nós estamos vivendo, do ponto de vista econômico-social e sanitário, é isso o que está acontecendo com a discussão do transporte público.

Vejam só, a proposta apresentada hoje segue limitando quase 50% dos usuários do cartão Tri no espectro dos estudantes da nossa cidade, porque nós temos aí uma restrição de renda de dois salários mínimos *per capita* por residência, certo? Isso significa que uma família que hoje está tendo dificuldades para viver com esse tipo de rendimento de dois salários mínimos para pagar a cesta básica mais cara do Brasil, que é a de Porto Alegre – mais de R\$ 700,00 –, para abastecer um carro com uma gasolina – também uma das mais caras de todo País, aqui no Rio Grande do Sul –, que tem que pagar o aluguel, que tem que pagar conta de luz que não para de aumentar, que tem que viver esse conjunto de dificuldades, agora vai perder um elemento que atenuava a situação do orçamento familiar, para fazer os estudantes irem até à escola. Vamos chegar numa situação bem possível de acontecer, de os agentes de trânsito que, além de eles perderem o direito que oportuniza, inclusive, melhores condições de trabalho, não só para eles, mas para a cidade de Porto Alegre em seu todo... Nós estamos falando no caso dos agentes de trânsito, de um serviço essencial, que agora vai estar ameaçado também na sua funcionalidade, no dia a dia de Porto Alegre. Se esse trabalhador tinha ainda filhos no ensino básico da nossa cidade, a vida vai ficar duas vezes mais difícil. Como é o caso também dos professores estaduais, que estão, há sete anos, sem reposição salarial, vivendo uma situação muito complicada do ponto de vista financeiro, e, com essa proposta agora, vão perder um direito que também ajudava na organização muito difícil do orçamento familiar nesse contexto. Então, é uma política que retira um direito do trabalhador e mantém os empresários intactos.

Nós já estamos fazendo aqui a terceira discussão proposta pelo governo sobre transporte público, uma pergunta interessante que nós deveremos responder para a cidade de Porto Alegre: o que os empresários fizeram até esse momento com relação à crise do transporte? Absolutamente nada. Está na justificativa do projeto do Melo que uma das medidas vai ser a repactuação do sistema. Nós estamos em novembro, o governo iniciou o debate lá em janeiro, e isso não aconteceu, segue tudo igual com relação aos empresários do transporte, absolutamente tudo igual.

Foi feito um jogo de cena de pedir para abrir uma discussão no Tribunal de Contas do Estado. O que o Tribunal de Contas do Estado falou? Vejam só: “Nós demos

indicações à Prefeitura de Porto Alegre para tomar medidas sobre o preço da tarifa, auditoria nas contas desde 2012”, quando o Melo estava virando vice-prefeito da cidade, e a Prefeitura não fez nada até agora. Absolutamente nada. Foi muito interessante a decisão do TCE, porque botou por água abaixo um argumento de certa combatividade da Prefeitura com o empresariado, porque as medidas já deveriam ter sido feitas na cidade de Porto Alegre e não foram. A quem interessa tirar um fiscal de dentro do ônibus, um estudante, um professor, um bombeiro? Essa é a questão que a gente tem que se perguntar. Nesse momento vai diminuir ainda mais o fluxo de passageiros na cidade de Porto Alegre. Esse vai ser o impacto a curto prazo, a ampliação da crise do transporte público, em vez de a gente debater aqui soluções que poderiam ajudar. Fala-se em direito social na justificativa do projeto, mas o Estado vai garantir o direito social sem participação? Isso não existe! A questão do subsídio, as grandes cidades fazem isso para o transporte acontecer, Recife, mais de R\$ 80 milhões; São Paulo, mais de R\$ 1 bilhão de subsídio; o Estado tem que participar e não se eximir, porque aí se amplia a crise social, e esse vai ser o impacto dessa política se ela for votada aqui hoje. Por isso, o nosso voto é “não” a essa retirada de direitos. Muito obrigado.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que prestigia a sessão e acompanha a luta de quem perde mais e mais direitos, que é ele mesmo, infelizmente. O governo inepto se mostra, mais uma vez, sempre incapaz de construir soluções para a cidadania. Tem uma frase popular que diz: “Vamos empurrando com a barriga”. É assim que estão fazendo com o transporte. E nessa nova empurrada quem perde são os estudantes, quem perde são os professores, quem perde são as pessoas que mais precisam do transporte público, para quem ganhar? Meia dúzia de empresários. Quem são esses empresários? Qual é a cara deles? Qual é a cara dessas empresas que há muito tempo ganham dinheiro? Ganham muito dinheiro porque não largam o osso. Dizem que não dá lucro: “Ah, na pandemia não deu lucro”, e o prefeito foi lá – o antigo deu R\$ 39 milhões, esse chegou e deu R\$ 16 milhões, e vai dar mais, porque está no orçamento mais de R\$ 60 milhões para os ônibus. E aí agora ele tira de quem? Ah, vamos tirar das professoras, já estão ferradas mesmo, e eu não estou mais na escola, meus filhos não estão na escola pública, então ferra com as professoras. Meu filho não está na escola pública, não precisa de transporte, está garantido, o motorista o leva e traz da escola privada, das melhores. Esses são os que votam contra o povo. Aí eles vêm, debateram, e bah, parece que eles vão transformar a realidade; aí vai lá e não querem que os agentes de segurança também andem, não querem que os agentes de trânsito andem no transporte, sendo que isso facilita para a cidadania, mas está ali no processo, entende? Quanto mais cargos botar que vão perder, mais parece que é uma grande

revolução, é a grande transformação! Agora o Melo encontrou a solução do transporte, que prefeito iluminado, quer ser diferenciado esse prefeito. Mas a solução é a caixa oculta, a caixa oculta da ATP, nessa ninguém quer mexer. Não! Com os grandões nós não mexemos, vamos mexer com os professores. Mexe com os professores, porque o Sartori, do MDB, parcelou o salário; o Leite, do PSDB, está aí devendo toda inflação, 46%, e agora, a gente, aqui na Prefeitura, dá mais uma mordida neles, sempre tem mais algo para tirar do trabalhador e da trabalhadora.

Eu fico pensando: vocês acham mesmo que isso é justo? Que esse projeto é justo? Vocês, que querem votar nisso, e que aí fizeram reuniões e que somaram: “Não, tem que melhorar o transporte, vejam, estamos perdendo passageiros”, mas não sentam para discutir os aplicativos, não sentam para construir uma caminhada até Brasília, para trazer investimento, ficam batendo palmas para o Bolsonaro. Tem uma meia dúzia que vem aqui, é Bolsonaro para cá, Bolsonaro para lá, mas não vão a Brasília trazer dinheiro para cá, para o transporte, não vão! Ficam toda hora: “Bolsonaro. Bolsonaro. Esse é o melhor governo, ele está combatendo a corrupção, ele faz isso, faz aquilo”. Claro que ele não faz, mas esse pessoal é só retórica, esse pessoal não produz política pública, esse pessoal nunca usou ônibus. Esta é a realidade: quem não usa ônibus lava as mãos, porque nem sabe onde se pega, nem sabe o que é uma parada de ônibus em dia de chuva. Pergunta para ele como é que se chega ao Sarandi, não sabe; pergunta como chega à Restinga, ao Canta Galo, não sabe, nem sabe que tem a baldeação no Canta Galo, que agora diminuiu totalmente. Não sabe, não conhece, e aí vem e vota – vota contra o povo. E o povo, muito vezes, não acompanha as votações aqui, não acompanha porque o povo, nessa hora, não está na galeria. Sabem por que tem pouca gente aqui? Porque eles estão trabalhando! E é só pauta surpresa, bomba contra o povo; e o povo está trabalhando para pagar a conta de água, conta de luz, o povo faz isso. E aí a pessoa se acha no direito de tirar mais um pouquinho do que as pessoas têm, já não basta aumentar a gasolina, aumentar o *diesel*, encarecer, ter a cesta básica mais cara deste País. É Porto Alegre agora não vai ter o direito ao transporte. Não vai mudar a qualidade, não vão aumentar as linhas, não vão aumentar os horários, não vão retomar o que perderam – foram 39 linhas perdidas –, não vai. É tudo *fake news*, como fizeram com a Carris. Destruíram a Carris, aprovaram aqui, *fake news*, e hoje de novo. E se alimentam disso, se alimentam da ingenuidade das pessoas, se alimentam que o povo tem sonhos e acredita nos políticos. São esses políticos que destroem a moral da política, porque na campanha eles dizem: “Nós vamos melhorar a cidade”, e o que entregam aqui? O que entregaram aqui? Abono aos grandes sonegadores. Entregaram R\$ 3 bilhões, há poucos meses, para quem devia para a Prefeitura, e agora mais uma isenção de não sei quantos milhões. Agora tem mais um projetinho aqui de isenção; mas para quem usa o ônibus, quem usa o ônibus não, quem usa ônibus que se ferre, conte as moedas, se vire, pague meio passe. Vai pagar inteiro! Quis ser professor, vai sofrer! É isso, este é o recado: você quis ser trabalhador, a sua condição de trabalhador é a condição de humilhado, e nós vamos continuar te humilhando, e agora nós vamos te humilhar tirando o meio passe dos estudantes que precisam do meio passe para escolher escolas de qualidade, porque vocês estão fazendo agora uma segregação, uma nova

segregação na educação: lugar de pobre é na vila, onde nem tem escola muitas vezes. Escolas de ensino médio, sabem quantas tem na Lomba? Uma! E eles estão tirando o meio passe, é para ninguém descer da Lomba! Eles não querem a Lomba no Centro Histórico, é essa a realidade. Digam isso aqui, tenham coragem. Obrigado, Presidente.

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 043/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, obrigado por me ceder a palavra, eu queria fazer uma intervenção substantiva, o que quer dizer isso na prática? Primeiro, mostrar qual é a natureza do projeto do governo, dizer porque ele é errado e qual é a solução que nós temos.

Qual é a natureza do projeto do governo? A natureza do projeto do governo é continuar e aumentar, intensificar um modelo de transporte, de financiamento do transporte, baseado na tarifa, baseado no financiamento por parte de quem anda de ônibus, por quem circula pela cidade de Porto Alegre através da utilização do ônibus. Essa é a forma atual de financiar o transporte basicamente. Obviamente que nós, portanto temos um financiamento do transporte baseado nas pessoas mais pobres da cidade de Porto Alegre, porque são os mais pobres que andam de ônibus. Isso é óbvio, são cerca de 300 mil, às vezes 400 mil, caiu de verdade, caiu o número de passageiros, primeiro pela questão dos aplicativos, caiu, porque tem gente que não consegue mais pagar passagem de ônibus. Mas ainda o sistema está ancorado nos mais pobres que bancam o sistema baseado no pagamento da tarifa. Essa é a natureza do projeto.

A razão pela qual este projeto é errado, esse modelo é errado justamente está nisso, porque os mais pobres são os que pagam, esse é o primeiro motivo. O segundo motivo é que os mais pobres pagando, como existe uma crise do sistema, é evidente que esses mais pobres não conseguem arcar com o custo do sistema. Eu não vou aqui nem falar da fraude empresarial, que nós sabemos que teve e que ainda tem; eu não vou falar aqui do lucro dos empresários, que nós sabemos que teve e ainda tem, antes era exorbitante, sem controle e sem licitação, agora é com licitação, mas ainda tem. Mas o fato é que os mais pobres não têm como sustentar, e isso é reconhecido por todos, inclusive pelo governo. Embora seja reconhecido pelo governo, qual é o projeto? O projeto tenta fazer com que mais pobres sigam pagando, alguns pobres, alguns trabalhadores, algumas pessoas que necessitam andar de ônibus e que têm, entre aspas – eu estou botando entre aspas porque não é uma questão de sorte, é uma questão de direito – o direito a algum nível de isenção, o governo quer tirar. Então, o Cassiá reclama de que estão tentando tirar dos bombeiros, mas muito bem o que o Pedro Ruas falou, não é só dos bombeiros, é de todos. Antes o governo iria tirar inclusive daqueles portadores de HIV, era o escândalo do escândalo, era para matar as pessoas. Antes, o projeto original era para matar as pessoas, não era só para fazê-las pagar, era para matar, porque, se elas não tivessem o direito de utilizar gratuitamente o ônibus, pessoas pobres

que têm HIV iriam morrer porque elas não teriam atendimento médico. Então óbvio que o governo iria tirar isso, era um escândalo tirar isso, nós iríamos ganhar na justiça do governo se o governo tirasse esse direito das pessoas portadoras de HIV. Então, o governo melhorou o projeto, melhorou... o governo deixou o projeto não trágico, digamos assim, mas continua alicerçado nessa lógica de que quem precisa andar de ônibus paga.

Qual é a lógica correta? Qual é a proposta correta? A proposta correta, eu tenho um projeto na Câmara, este ano, que o governo, infelizmente, se recusa a apreciar e se recusa a aprovar, que é o que garante o financiamento do transporte de tal forma que nós façamos um transporte público bom e barato – muito barato –, gratuito inclusive para aqueles trabalhadores assalariados que são integrantes de empresas, que são empregados em empresas, essas empresas é que pagariam não mais uma tarifa, mas uma taxa de mobilidade urbana, uma taxa que poderia ser de R\$ 89,00 por trabalhador formalizado, ou R\$ 120 por trabalhador formalizado; a defender o cálculo que nós queremos que a tarifa final tenha; se fosse R\$ 89 certamente – e os cálculos são da EPTC, não são só meus, embora eu também tenha feito esses cálculos –, nós teríamos no máximo uma tarifa de R\$ 3,00 e de graça para quem é trabalhador assalariado, porque o empresário já estaria pagando o imposto em relação a isso, a taxa em relação a isso.

A taxa de mobilidade urbana, calculando que Porto Alegre tem cerca de 500 mil trabalhadores assalariados formalizados, faria com que o conjunto do empresariado financiasse o transporte, e não aqueles que andam de ônibus. Mas o Melo não faz isso! O Melo não faz isso, porque o Melo é dos empresários, e, com o Ricardo Gomes de vice, é o governo dos empresários que não querem pagar imposto. Só que sem pagar imposto não tem como o Estado funcionar, não tem como o transporte funcionar, não tem como nós termos um sistema financiado e garantido para os pobres.

Portanto, a nossa proposta é pela rejeição desse projeto, porque esse projeto não resolve a crise, coloca mais gente para pagar o que não deve ser pago, e impede que os empresários, que são os que devem pagar pelo sistema de transporte popular, paguem e cumpram com o seu dever social. Muito obrigado, Presidente Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLE nº 043/21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Defiro requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a prorrogação da presente sessão nos termos regimentais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Karen Santos, o requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 16 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está aprovada a prorrogação da sessão.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, Ver.^a Mônica Leal, são 18h54min. Nós encerramos esta sessão às 18h45min.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador, como houve homenagens, nas paradas para as despedidas, a sessão fica suspensa. Então o horário oficial do término é 18h56min.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas.

Informo aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras que a discussão do PLE nº 043/21 foi encerrada.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): A discussão do projeto foi encerrada?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Sim.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Então nós teríamos os encaminhamentos das emendas e depois do projeto em si?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Exatamente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim. A discussão está encerrada, Ver. Pedro Ruas. Agora vamos fazer a verificação de quórum e seguiremos hoje, ou não, com a votação das emendas e do projeto.

(Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, dezessete Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal. Não há quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Constatada a inexistência de quórum deliberativo, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h.)

* * * * *